



ENTREVISTA

O longo período de baixo crescimento poderá comprometer as chances de desenvolvimento mais duradouro da economia, adverte o economista Bráulio Borges, pesquisador associado do Ibrel/FGV e economista-sênior da LCA Consultores

CONJUNTURA

**BAIXA DEMANDA
E CRISE NA
ARGENTINA AFETAM
ECONOMIA**

**Mala Direta
Básica**

9912352020/2014-DR/GO

FIEG

Correios

ANO 67 / Nº 290 / OUTUBRO 2019

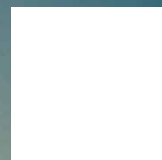


Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

PARA USO DOS CORREIOS

- | | |
|---|--|
| ☐ MUDOU-SE | ☐ FALECIDO |
| ☐ DESCONHECIDO | ☐ AUSENTE |
| ☐ RECUSADA | ☐ NÃO PROCURADO |
| ☐ NÃO EXISTE O NÚMERO INDICADO | ☐ END. INSUFICIENTE |



A FUGA DAS INDÚSTRIAS

AS TENSÕES CRESCENTES ENTRE A CPI DOS INCENTIVOS FISCAIS E EMPRESÁRIOS, O DESRESPEITO A CONTRATOS E A INSEGURANÇA JURÍDICA GERADA AFUGENTAM INVESTIMENTOS DE GOIÁS

**REFORMA TRIBUTÁRIA
OFENSIVA PARA
MUDAR O PROJETO
NO CONGRESSO**

**INOVAÇÃO
CORTES DE RECURSOS
AMEAÇAM AVANÇO
RUMO À INDÚSTRIA 4.0**



Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

Cursos Senai In Company

Leve essa ideia para sua empresa.

A capacitação no local de trabalho é personalizada para atender às necessidades específicas do contratante, o que possibilita maior absorção do aprendizado e gera mais produtividade e competitividade para a indústria.

Cursos de

- ▶ Aprendizagem
- ▶ Qualificação
- ▶ Formação técnica

Invista em seu colaborador e torne sua indústria mais competitiva

Conheças as soluções do
SENAI para sua empresa
www.senaigo.com.br

SENAI

Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
PELO FUTURO DO TRABALHO

Goiás Industrial

REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

Nº 290 / OUTUBRO 2019

ENTREVISTA

10 / O período já bastante alongado de baixo crescimento no País poderá comprometer as chances de desenvolvimento mais duradouro da economia, adverte o economista Bráulio Borges, pesquisador associado do Ibre/FGV e economista sênior da LCA Consultores, em entrevista à **Goiás Industrial**.



INOVAÇÃO

40 / A redução da previsão orçamentária para a área de ciência, tecnologia e inovação na área federal, que passou a representar neste ano um terço do valor nominal incluído para o setor no orçamento de 2013, dificulta o desafio imposto ao País de atualizar seu parque industrial na trajetória rumo à Indústria 4.0.

PARCERIA FEDERAL

44 / Depois de o ministro da Economia Paulo Guedes ameaçar "meter a faca" nos recursos do Sistema S, o setor vive uma fase de reaproximação com o governo. No final de julho, o Ministério da Cidadania e o Sesi firmaram parceria para atender em quatro anos 800 mil jovens em todo o País atualmente incluídos na geração "nem-nem" - jovens de 18 a 29 anos que não estudam e nem trabalham.

CONVÊNIO

46 / Sesi Goiás e Secretaria da Educação do Estado (Seduc) renovam para 2020 convênio destinado à manutenção do ensino fundamental e médio, o que deverá beneficiar 4,1 mil estudantes.

PLANO DE SAÚDE

50 / Ipasso e Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) acertam parceria para a implantação do projeto de governança e gestão de credenciados da autarquia, que engloba rede de 184 hospitais em 51 municípios, atendendo 625 mil beneficiários do plano de saúde.



CAPA

26 / Perseguidas por uma CPI, submetidas a cortes nesses mesmos benefícios e acossadas pela ameaça de novas medidas para enxugar incentivos a diversos setores da economia estadual, empresas começam a buscar outras regiões e reduzem significativamente os investimentos programados para Goiás, lançando o Estado em uma "rota de desindustrialização", na avaliação do presidente da Fieg, Sandro Mabel.

OPINIÃO

5 / "Na carona da CPI, cortar incentivos fiscais é como comer a galinha, recebendo um pouquinho de imposto agora, e abrir mão de ter ovos sempre", diz Sandro Mabel, presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai, no artigo **Era uma vez um Goiás industrial**.

6 / **O Brasil precisa correr** - A MP da liberdade econômica, afirma o presidente do Compem/Fieg, Jaime Canedo, "precisa ser entendida como um passo na direção de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento sustentável e isso passa pelas micro e pequenas empresas".

7 / **Sociedade 5.0** - Surgido no Japão, o conceito de Sociedade 5.0, analisa João Paulo Nieto, diretor de operações da Digisystem, busca "trazer o ser humano ao centro de tudo, visando ao desenvolvimento de soluções para o bem-estar da sociedade, para melhorar sua qualidade de vida".

8 / **A Terceira Onda** - Entender a transformação dos processos de negócio, apontam Paul R. Daugherty e H. James Wilson, da Accenture Research, é chave para compreender os impactos atuais e futuros da inteligência artificial (I.A.).

9 / **Propriedade intelectual** - "Nossos empreendedores investem em linhas de produção, gastam fortunas com a proteção de suas fábricas e indústrias, com o seguro de frotas de veículos, mas quanto é dedicado para a proteção das marcas e das patentes?", questiona Luciano Almeida de Oliveira, advogado, com atuação no setor de propriedade intelectual há 20 anos.

CONJUNTURA

17 / Enquanto departamentos econômicos dos grandes bancos e consultorias correm para revisar ainda mais para baixo as projeções para a economia neste ano, para analistas vai se tornando mais nítido que o principal fator por trás de anos de crescimento reduzido está na falta de demanda, derivada do apetite reduzido das empresas para investir e das famílias para consumir.



REFORMA TRIBUTÁRIA

32 / Numa articulação conduzida pelo Fórum das Entidades Empresariais (FEE), a bancada federal do Estado na Câmara de Deputados prepara substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional 45/2019, que pretende reformar o sistema tributário brasileiro.



Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

SISTEMA FIEG

Federação das Indústrias
do Estado de Goiás

Presidente: Sandro Mabel

Superintendente: João Carlos Gouveia

SESI

Serviço Social da Indústria

Diretor Regional: Sandro Mabel

Superintendente: Paulo Vargas

SENAI

Serviço Nacional de

Aprendizagem Industrial

Diretor Regional: Paulo Vargas

IEL

Instituto Euvaldo Lodi

Diretor: Hélio Naves

Superintendente: Humberto Oliveira

ICQ BRASIL

Instituto de Certificação

Qualidade Brasil

Diretora: Sônia Rezende (interina)

Superintendente: Almir Blesio (interino)

Bruno Franco Beraldi

Domingos Sávio Gomes de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Enoque Pimentel do Nascimento

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Neto

Hélio Naves

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Joaquim Guilherme Barbosa de Souza

José Antônio Vitti

José Luiz Martins Abuli

Laerte Simão

Leandro Luiz Stival Ferreira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcos André Rodrigues de Siqueira

Olavo Martins Barros

Otávio Lage de Siqueira Filho

Robson Peixoto Braga

Sérgio Scodro

Wilson de Oliveira

Conselho fiscal

Joaquim Guilherme Barbosa de Sousa

Roberto Elias Fernandes

Otávio Lage de Siqueira Filho

Conselho de representantes junto à CNI

Sandro Mabel

Paulo Afonso Ferreira

Conselho de Representantes junto à Fieg

Abílio Pereira Soares Júnior

Ailton Aires Mesquita

Alcides Augusto da Fonseca

Alexandre Baldy de Sant'anna Braga

Álvaro Otávio Dantas Maia

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

André Lavor Pagels Barbosa

André Luiz Baptista Lins Rocha

Antônio Alves de Deus

Antônio Benedito dos Santos

Bruno Franco Beraldi Coelho

Carlos Alberto Vieira Soares

Carlos Roberto Viana

Célio Eustáquio de Moura

Daniel Viana

Domingos Sávio G. de Oliveira

Edilson Borges de Sousa

Eduardo Bilemjian Filho

Eliton Rodrigues Fernandes

Elvis Roberson Pinto

Emílio Carlos Bittar

Enoque Pimentel do Nascimento

Eurípedes Felizardo Nunes

Fábio Rassi

Flávio Santana Rassi

Gilberto Martins da Costa

Heitor de Oliveira Neto

Hélio Naves

Heribaldo Egídio

Ian Moreira Silva

Jaime Canedo

Jair José de Alcântara

Jair Rizzi

Jaques Jamil Silvério

Jerônimo David de Sousa

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

João Essado

José Antônio Vitti

José Carlos Garrote de Sousa

José Divino Arruda

José Lima Aleixo

José Luiz Martin Abuli

José Nivaldo de Oliveira

Laerte Simão

Leopoldo Moreira Neto

Lúcio Monteiro dos Santos

Luiz Antônio Gonçalves Fidelis

Luiz Gonzaga de Almeida

Luzia de Cássia Alencar Siqueira

Marcelo de Freitas Barbosa

Marcelo José Carneiro

Marcos André R. de Siqueira

Marley Antônio Rocha

Olavo Martins Barros

Osnei Valadão Marques

Otávio Lage de Siqueira Filho

Paulo Lobo de Araújo Júnior

Pedro de Souza Cunha Júnior

Plínio Boechat Lopes

Robson Peixoto Braga

Rodolfo Luiz Xavier Virgílio

Sandro Mabel

Valdenício Rodrigues de Andrade

Wilson de Oliveira

CONSELHOS TEMÁTICOS

**Conselho Temático de Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação**

Presidente: Heribaldo Egídio

Conselho Temático de Meio Ambiente

Presidente: Bruno Beraldi

Conselho Temático de Infraestrutura

Presidente: Célio Eustáquio de Moura

**Conselho Temático de
Relações do Trabalho**

Presidente: Marley Antônio da Rocha

**Conselho Temático de Micro
e Pequena Empresa**

Presidente: Jaime Canedo

**Conselho Temático de
Responsabilidade Social**

Presidente: Antônio de Sousa Almeida

Conselho Temático de Agronegócios

Presidente: Alfredo Luiz Correia

**Conselho Temático de Comércio
Exterior e Negócios Internacionais**

Presidente: Emílio Bittar

Conselho Temático Fieg Jovem

Presidente: Thais Aparecida Santos

Câmara Setorial de Mineração

Presidente: Wilson Borges

**Câmara Setorial da Indústria
da Construção**

Presidente: Sarkis Nabi Curi

**Câmara Setorial de Alimentos
e Bebidas (Casa)**

Presidente: André Lavor P. Barbosa

Rede Metrológica

Presidente: Melquiades da Cunha Neto

**Comitê da Indústria de Defesa e
Segurança de Goiás (Comdefesa)**

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios

Câmara Setorial da Moda

Presidente: José Divino Arruda

DIRETORIA DA FIEG (2019-2022)

Presidente: Sandro Mabel

1º Vice Presidente:

André Luiz B. Lins Rocha

2º Vice Presidente: Flávio Santana Rassi

3º Vice Presidente:

Antônio de Sousa Almeida

1º Diretor Secretário:

Célio Eustáquio de Moura

2º Diretor Secretário:

Jerry Alexandre de Oliveira Paula

1º Diretor Financeiro:

Heribaldo Egídio da Silva

2º Diretor Financeiro: José Divino Arruda

Presidente da Fieg Regional Anápolis:

Wilson de Oliveira

Diretores

Alyson José Nogueira

Anastácios Apostolos Dagios

EXPEDIENTE

**Goiás
Industrial**
REVISTA DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS

**Direção e Coordenação de
Jornalismo**

Sandra Persijn

Edição

Lauro Veiga Filho e Dehovan Lima

Reportagem

Andelaide Lima, Sérgio Lessa,
Daniela Ribeiro, Luciana Amorim e
Tatiana Reis

Colaboração

Nelson Anibal Lesme Orú, Januária
Guedes Cordeiro, Adriana Moreno

Fotografia

Alex Malheiros

Projeto gráfico

Jorge Del Bianco

Capa, ilustrações e diagramação

Jorge Del Bianco
DC Design Gráfico e Comunicação

Impressão

Gráfica Kelps

Departamento Comercial

(62) 3219-1710

Redação e correspondência

Av. Araguaia, nº 1.544, Ed. Albano
Franco, Casa da Indústria - Vila Nova
CEP 74645-070 - Goiânia-GO
Fone (62) 3219-1300 - Fax (62)
3229-2975

Home page: www.sistemafieg.org.br
E-mail: ascom@sistemafieg.org.br

As opiniões contidas em
artigos assinados são de
responsabilidade de seus autores
e não refletem necessariamente
a opinião da revista





Era uma vez um Goiás industrial

“Na carona da CPI, cortar incentivos fiscais é como comer a galinha, recebendo um pouquinho de imposto agora, e abrir mão de ter ovos sempre.”

SANDRO MABEL, presidente da Fieg e dos Conselhos Regionais do Sesi e Senai

Era uma vez um Estado de característica predominantemente agropastoril, que deu uma guinada e, em pouco mais de três décadas, tornou-se uma economia forte, dinâmica, puxada por industrialização diversificada, marcada invariavelmente por índices de crescimento de produção e emprego acima da média nacional.

Atraídas por incentivos fiscais do antigo programa Fomentar, que ajudamos a viabilizar, na década de 80, aqui desembarcaram indústrias de diferentes segmentos, a exemplo das montadoras Mitsubishi e Caoa-Hyundai, em Catalão e Anápolis, respectivamente, do polo farmoquímico, entre outras, que continuaram a chegar nas décadas seguintes, mobilizadas pelo sucessor Produzir. No caso desses dois segmentos, de ampla cadeia produtiva, Goiás sequer tem vocação, estrutura ou mercado consumidor potencial. Mas falaram mais alto os incentivos fiscais. Vimos prosperar igualmente o setor sucroalcooleiro, hoje com destaque no País.

Um enredo com final feliz!? Só que não! Iniciadas no fim do ano passado, com a eleição do governo Ronaldo Caiado, as discussões sobre incentivos fiscais culminaram na instalação, em março, da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Assembleia Legislativa, cujas ações têm contribuído decisivamente para piorar o ambiente de negócios, ao expor injustificadamente empreendedores de primeira hora e criar clima de insegurança jurídica, de que.

Não é esse Goiás que queremos e pelo qual tanto lutamos. Não é essa a imagem que a duras penas construímos e agora vemos sob risco, por conta de ações de quem joga para a plateia, sem reconhecimento técnico, como afinal admitido pelo relator da tal CPI, o deputado estadual Humberto Aidar, diante de questionamentos de empresários convocados a depor.

Em vão, tentamos insistentemente evitar esse quadro de caça às bruxas, inclusive oferecendo-nos, pessoalmente, para depor em nome do segmento industrial que legi-

timamente representamos. No limite, até sob protesto de greve de fome. Ouvidos moucos!

Por fim, uma notícia lamentável: a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa de Goiás aprova projeto do mesmo deputado Humberto Aidar, que coloca fim aos incentivos para indústrias do setor automotivo e têxtil e ao crédito outorgado ao setor sucroalcooleiro. Passo acelerado para desindustrialização no Estado e fomento ao desemprego.

Em meio a tudo isso, já surgem as primeiras consequências: estamos assistindo a movimentos de indústrias deixando Goiás e instalando plantas em Estados vizinhos, como mostra ampla reportagem de capa desta edição da **Goiás Industrial**.

Um quadro lamentável, de perda de riquezas, desenvolvimento, de empregos, destruídos por uma CPI irresponsável e por uma visão de governo que em vez de buscar alternativas potenciais para ampliar a arrecadação de impostos, a exemplo da industrialização de grãos, recorre ao caminho mais que os burocratas acharam mais imediato e fácil, porém danoso para nossa economia. Na carona da CPI, cortar incentivos fiscais é como comer a galinha, recebendo um pouquinho de imposto agora, e abrir mão de ter ovos sempre. ●



O Brasil precisa correr

“A MP da liberdade econômica precisa ser entendida como um passo na direção de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento sustentável e isso passa pelas micro e pequenas empresas”

JAIME CANEDO, presidente do Conselho Temático de Micro e Pequena Empresa (Compem) da Fieg

Excesso de leis, decretos e regulamentações fazem do Brasil um país lento, seguindo na contramão da história de países mais desenvolvidos, onde a eficiência encontra suporte numa burocracia ágil e enxuta. Longe de ser uma potência econômica, o País ainda está muito atrasado. O modelo político vigente favorece uma casta de servidores e políticos que sugam as riquezas produzidas pelas empresas. O sistema tributário apresenta muitas distorções, com uma carga elevada, embora não seja a maior do mundo, mas que de toda forma dificulta a vida das empresas. As pequenas empresas têm no Simples Nacional um regime tributário que aparentemente facilita o empreendedorismo. Na prática, no entanto, não é precisamente o que se verifica. Não há um reconhecimento de que 60% da massa de salários são gerados por micro e pequenas, responsáveis ainda por 87% dos empregos. Porém, as barreiras que são obrigadas a enfrentar lançam os empreendedores na informalidade, muitas vezes por falta de opção ou pelo temor de não conseguir suportar as exigências impostas por legislação complementar, decretos, atos normativos e outros, que

ao final descaracterizam o princípio da lei geral que criou o Simples.

Os órgãos de fiscalização do Estado e dos municípios criam barreiras, fruto de interpretação equivocada do texto legal, em dissonância com a realidade de mercado e do mundo digital em pleno século XXI. O mundo globalizado não mais permite que a burocracia, que em tese representa organização, seja aplicada de forma equivocada, personalista e atabalhoada, complicando o dia a dia das micros e pequenas empresas e, ao fim, o próprio desenvolvimento econômico.

A MP 881 – Liberdade Econômica, traz em seu bojo a expectativa de que essa realidade seja superada por medidas simples, porém eficazes, para facilitar a vida de quem corajosamente se propõe a abrir um pequeno negócio, que de imediato gera no mínimo três empregos, o do empreendedor e mais dois.

Nos preocupa o fato de que dependerá dos Estados e municípios a aplicação efetiva da Medida Provisória 881, que se tornou mais conhecida como a “MP da liberdade econômica”. Ambos têm raízes fortes na



Jorge Del Bianco

inoperância e, embora contem com um quadro de servidores qualificados, em seu conjunto, não conseguem facilitar a vida de quem gera riquezas. Agem de tal forma que dão a entender que o empreendedor cria uma empresa para servir ao Estado e ao servidor público com a geração de impostos e taxas diversas, quando se sabe que o contrário é o verdadeiro. As atividades industriais, comerciais e de serviços são atividades fins e não meio. Mesmo desorganizada, a sociedade consegue sobreviver à ausência de regulação. Porém, sem atividade econômica, não há sistema fiscal que sobreviva.

A MP 881, transformada na Lei 13.874/2019, sancionada em setembro pelo presidente Jair Bolsonaro, precisa ser entendida como um passo na direção de recolocar o Brasil nos trilhos do desenvolvimento sustentável e isso passa pelas micro e pequenas empresas, como mostram os números. O tempo perdido precisa de ser recuperado e para isso acontecer o Brasil precisa correr... ♦

Qual é o impacto da Sociedade 5.0 nas empresas brasileiras?



JOÃO PAULO NIETO É DIRETOR DE OPERAÇÕES DA DIGISYSTEM, empresa 100% brasileira com 28 anos de experiência em serviços especializados em TI

Se na Revolução 4.0 as tecnologias são desenvolvidas com foco na indústria e na produtividade, a fim de agilizar operações e gerar lucro, na Sociedade 5.0, o objetivo é trazer o ser humano ao centro de tudo, visando ao desenvolvimento de soluções para o bem-estar da sociedade, para melhorar sua qualidade de vida e solucionar seus problemas.

A Sociedade 5.0 surgiu no Japão e já trouxe uma grande discussão para as empresas no Brasil, que agora buscam entender os impactos e benefícios de sua adoção. Esse conceito nada mais é do que a convergência de todas as inovações com o objetivo de facilitar a vida dos seres humanos.

O novo conceito chega para atender as pessoas da melhor forma possível e de maneira ágil e prática, por meio de tecnologias como inteligência artificial, RPA, computação em nuvem, robótica e big data. Essas soluções possuem papel importante para que o novo conceito funcione dentro de empresas das mais diversas áreas, como saúde, educação, financeiro, entre outras. No segmento de saúde, a ideia está presente no momento em que, por meio da inteligência artificial, as pessoas consigam reduzir tempo e custos na hora de obter um atendimento médico, por exemplo.

Dessa forma, os principais benefícios dentro das empresas envolvem a agilidade na entrega e facilidade de encontrar as informações. Além disso, muitos resul-



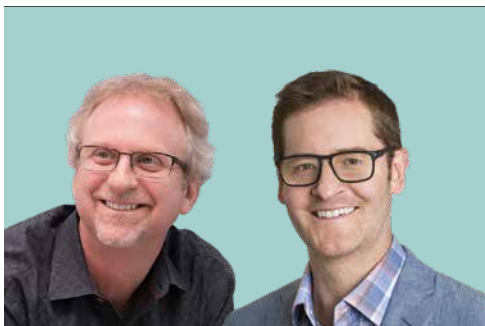
tados internos podem ser otimizados, já que haverá mais tempo para identificar problemas e, consequentemente, facilidade para resolvê-los. No entanto, para colocar em prática a Sociedade 5.0 é necessário que as empresas realmente entendam quais são os principais problemas do usuário, para colocá-lo no centro de toda operação, e posteriormente, resolver seu problema de forma rápida e eficiente.

Esse tipo de mudança é de extrema importância para o mercado, pois estudar o comportamento do usuário para oferecer a melhor experiência e qualidade de vida por meio de resolução de problemas

promove tanto a agilidade para executar tarefas, quanto o aproveitamento de dados de relatórios de forma muito mais rápida e organizada. A Sociedade 5.0 engloba transformar as empresas de dentro para fora, unindo várias tecnologias, que a partir de uma consultoria para identificação dos problemas são unificadas para atender melhor todos seus usuários. ♦

Leia mais sobre o assunto no site da Digisystem





A Terceira Onda**

“Em essência, as máquinas estão fazendo o que fazem melhor: executar tarefas repetitivas, analisar grandes conjuntos de dados e lidar com casos de rotina. E os humanos estão fazendo o que fazem melhor: resolver informações ambíguas, exercer o julgamento em casos difíceis e lidar com clientes insatisfeitos.”

PAUL R. DAUGHERTY É CHEFE-EXECUTIVO DE TECNOLOGIA E INOVAÇÃO DA ACCENTURE E H. JAMES WILSON, diretor-executivo de tecnologia da informação e pesquisa de negócios na Accenture Research

A chave para entender o impacto atual e futuro da inteligência artificial (I.A.) é a transformação dos processos de negócio.

Um equívoco generalizado é que os sistemas de I.A., incluindo a robótica avançada e os bots digitais, gradualmente substituirão os seres humanos, um setor após o outro. Veículos autônomos, por exemplo, substituirão um dia os motoristas de táxi, de carros de entregas e de caminhão. Isso pode ser verdade para certos trabalhos, mas o que descobrimos em nossa pesquisa é que, embora a I.A. possa ser implementada para automatizar certas funções, o maior poder dessa tecnologia é complementar e aumentar as capacidades humanas.

No processamento de solicitações, por exemplo, a I.A. não está substituindo a necessidade de humanos; em vez disso, faz o tedioso trabalho pesado, coletando dados e fazendo uma análise preliminar, liberando

os humanos que processam solicitações para se concentrarem na resolução de casos complexos. Em essência, as máquinas estão fazendo o que fazem melhor: executar tarefas repetitivas, analisar grandes conjuntos de dados e lidar com casos de rotina. E os humanos estão fazendo o que fazem melhor: resolver informações ambíguas, exercer o julgamento em casos difíceis e lidar com clientes insatisfeitos. Esse tipo de simbiose emergente entre humanos e máquinas está desencadeando o que chamamos de “a terceira onda de transformação de negócios”.

As empresas líderes em muitos setores estão reinventando seus processos para serem mais flexíveis, rápidos e adaptáveis aos comportamentos, preferências e necessidades de seus funcionários em um determinado momento. Essa capacidade adaptativa está sendo conduzida por dados em tempo real, e não por uma sequência predeterminada de etapas. O paradoxo é

que, embora esses processos não sejam padronizados nem rotineiros, oferecem melhores resultados de forma reiterada. Na verdade, as organizações líderes conseguiram trazer para o mercado produtos e serviços individualizados (em oposição aos bens produzidos em massa do passado), e ainda assim gerar resultados lucrativos.

Infelizmente, a cultura popular há muito tempo promove uma visão de humanos versus máquinas – pense em filmes como 2001: Uma Odisseia no Espaço e a série de filmes Exterminador do Futuro. A ideia de máquinas inteligentes como uma potencial ameaça à humanidade é antiga e resultou em muitos executivos adotando uma perspectiva um pouco semelhante, pensando exclusivamente em máquinas que ameaçam substituir humanos. Mas essa visão não é apenas lamentavelmente equivocada, como também tragicamente míope.

A verdade simples é que as máquinas não estão dominando o mundo, nem estão eliminando a necessidade de seres humanos no local de trabalho. Nesta era atual de transformação de processos de negócio, os sistemas de inteligência artificial não estão nos substituindo por atacado, em vez disso, estão amplificando nossas habilidades e colaborando conosco para alcançar ganhos de produtividade que antes eram impossíveis. ♦

**Artigo publicado sob permissão da Harvard Business Review Press, retirado do livro Humano + Máquina. Copyright 2018. Todos os direitos reservados.

A proteção negligenciada



“Nossos empreendedores investem em linhas de produção, gastam fortunas com a proteção de suas fábricas e indústrias, com o seguro de frotas de veículos, mas quanto é dedicado para a proteção das marcas e das patentes?”

LUCIANO ALMEIDA DE OLIVEIRA, advogado, membro da Associação Brasileira da Propriedade Industrial (ABPI) e atua com propriedade intelectual há 20 anos

O Brasil está avançando. O brasileiro é honesto e trabalhador. Nossa economia está voltando a crescer. Temos um parque industrial diversificado. Isso é resultado de décadas de trabalho e de milhões de reais em investimentos.

A economia goiana se desenvolve a olhos vistos e temos orgulho de nosso crescimento palpável. Palpável. Interessante essa palavra, pois ela diz muito sobre uma característica tipicamente brasileira. Nós ainda estamos inclinados a investir naquilo que tem forma e naquilo que podemos “tocar”.

Realmente, nossa economia está focada em bens materiais e produtos, mas quanta atenção dedicamos aos nossos ativos intangíveis? Como se sabe, trata-se de ativos incorpóreos, que possuem elevado valor, que agregam vantagem competitiva e que são reconhecidos e protegidos por lei.

As marcas, as patentes e os softwares são exemplos dos preciosos ativos intangíveis das empresas de Goiás.

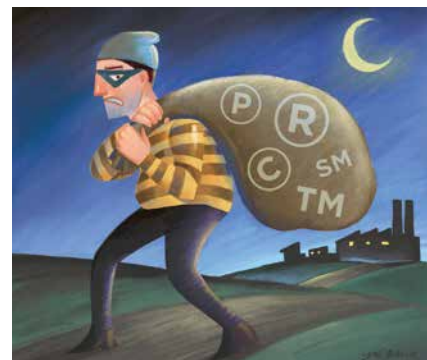
Naturalmente, toda e qualquer propriedade necessita de atenção e proteção,

especialmente esses ativos. O sistema atributivo da propriedade, consagrado pela lei brasileira, exige que as patentes e as marcas sejam registradas para atribuir a propriedade ao seu inventor e ao seu detentor. É também fundamental que se faça o registro dos softwares.

Nossos empreendedores investem em linhas de produção, gastam fortunas com a proteção de suas fábricas e indústrias, com o seguro de frotas de veículos, mas quanto é dedicado para a proteção das marcas e das patentes? Como está sendo feito o monitoramento delas? Impedimos sempre o uso indevido de nossa propriedade imaterial?

A contrafação não combatida afeta a integridade e o valor da marca, o maior ativo da maioria das empresas. A omissão com a proteção de nossos ativos intangíveis tem custado o cargo de executivos e milhões em investimento.

Por isso é indicado um monitoramento semanal para detectar o uso indevido, principalmente de nossas marcas, com utilização das medidas legais cabíveis, que envolvem o uso do processo criminal e a



Jorge Del Bianco

reparação de danos, tudo a depender da complexidade do caso.

É preciso destacar que o capital nunca desaparece. Há grandes investidores procurando uma boa oportunidade e o registro da marca e a adoção de medidas para sua proteção é um fator que muitas vezes define em qual empresa será investido o capital.

Uma questão importante: hoje a falsificação e o uso indevido da marca podem não estar afetando o caixa da empresa e o empresário deixa a questão da pirataria de lado. Anos depois ele percebe que está perdendo mercado, que sua marca está desvalorizada e quando decide processar o falsificador já transcorreu o prazo decadencial. As ações judiciais têm um prazo legal para serem promovidas!

Vivemos um momento de grandes mudanças comportamentais. A forma como os produtos são fabricados e a maneira como as pessoas compram sofrem mudanças constantes, mas o relacionamento pessoal do consumidor com a marca permanece. ♦

A ameaça MAIOR

A longa espera por melhores indicadores na economia poderá trazer danos maiores do que os inferidos a partir do desempenho apenas medíocre da atividade econômica nos últimos anos. A avaliação é do economista Bráulio Borges, pesquisador associado do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV) e economista-sênior da área de macroeconomia da LCA Consultores. Segundo ele, trabalhadores e empresas, submetidos ao estresse causado por alto desemprego, ociosidade elevada e incertezas em relação ao futuro imediato, passam a enfrentar os efeitos do que a física chama de "histerese", termo apropriado pela economia para descrever os riscos de perda do "estoque de capital" acumulado nos anos de prosperidade durante períodos prolongados de quase estagnação econômica, como ocorre atualmente no País. O desemprego por longos períodos ameaça corroer uma parte do capital humano gerado durante os anos de emprego. "Se uma pessoa fica três, quatro, cinco anos fora do mercado de trabalho, ela está simplesmente vendendo uma parte de seu estoque de capital humano sendo destruído e isso tem impactos praticamente permanentes sobre a produtividade da economia", aponta Borges. O mesmo processo acaba afetando a capacidade das empresas de investir na atualização e renovação do parque de máquinas, com efeitos negativos sobre a produtividade.

Goiás Industrial - Praticamente três anos depois de decretado o fim da recessão, o que explica o baixo crescimento da economia brasileira?

Bráulio Borges - Gostaria de começar a discussão a partir de outro enfoque. Há espaço para a economia brasileira crescer mais do que ela efetivamente cresceu nos últimos três anos, já incluindo 2019 na conta? Ou haveria espaço para um crescimento mais sem gerar nenhum tipo de desequilíbrio, por exemplo, inflação muito alta e aumento no déficit das contas externas? A resposta é um sonoro sim. Estamos caminhando para o terceiro ano de inflação abaixo da meta. Pelas projeções do Focus (relatório de mercado divulgado pelo Banco Central), podemos ter essa mesma situação por quatro anos consecutivos, a se considerar que as projeções de consenso mais recentes apontam o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) em 3,44% para uma meta de 4,25% neste ano e 3,80% em 2020, para uma meta de 4,0%. Pelo lado dos preços, dado que temos um regime de metas de inflação, fica evidente que haveria espaço para a economia crescer mais, porque podemos considerar que serão quatro anos consecutivos de taxa de inflação abaixo da meta. Pelo lado das contas externas, esse diagnóstico se repete, porque o Brasil, nos últimos anos, por causa da recessão, passou a ter contas externas equilibradas. E um país como o Brasil, que é credor externo líquido desde 2006 ou 2007, que opera desde 1999 num regime de câmbio flutuante e que tem até um certo excesso de reservas internacionais, pelas contas que o Fundo Monetário Internacional (FMI) faz, pode se dar ao luxo, entre aspas, de ter um déficit nas contas externas de mais ou menos 2,0% a 2,5% do PIB por ano (o déficit na conta de transações correntes havia alcançado 1,84% do PIB nos 12 meses até agosto de 2019, financiado com sobra pelo investimento estrangeiro, que somava 3,01% do PIB até então). ►

A portrait of a man with short brown hair, wearing a white dress shirt and a blue tie with white polka dots. He is looking slightly to the right of the camera with a neutral expression. The background is a light blue and white geometric pattern.

“ FICA EVIDENTE PARA
MIM QUE HOUVE SIM
EXCESSO DE CAUTELA DA
POLÍTICA MONETÁRIA
E ISSO EXPLICA, SIM,
UMA PARCELA DESSA
FRUSTRAÇÃO EM
RELAÇÃO À RETOMADA
DO CRESCIMENTO
ECONÔMICO BRASILEIRO”

Goiás Industrial - O que essa situação sugere, em sua opinião?

Borges - Se tanto a inflação como as contas externas não são impeditivas para um crescimento mais acelerado, por que a economia então não cresceu mais e com isso não reduziu o desemprego mais rápido, não reduziu a ociosidade da indústria? Aqui, devemos olhar para choques não antecipados e também para a reação da política econômica a esses choques e mesmo ao ambiente econômico de reformas que temos observado no País desde 2015, 2016. No caso dos choques, algumas coisas ruins aconteceram no meio do caminho e acabaram atrapalhando a retomada. Destaco aí o colapso da economia argentina (leia matéria nesta edição). Só para se ter uma ideia do colapso, até abril ou maio do ano passado, as projeções de consenso dos analistas que acompanham a economia no país vizinho eram de um crescimento em torno de 3,0% para o PIB em 2018 e de uma taxa próxima a isso agora em 2019. O que ocorreu efetivamente? A economia argentina caiu 2,5% no ano passado e neste ano deve cair algo em torno de 1,5% em 2019. Esse colapso foi súbito e refletiu muito o fato de o governo de Mauricio Macri (na presidência desde 2015) ter adotado um receituário muito gradualista de combate aos desequilíbrios na economia local. Uma hora o mercado perdeu a paciência, principalmente quando o FED (banco central dos Estados Unidos) sinalizou, naquele momento, que os juros nos EUA poderiam subir mais do que se esperava. Isso levou junto também a Turquia, que não faz tanta diferença para economia brasileira. Mas o colapso argentino nos impacta bastante.

Goiás Industrial - Por quê?

Borges - A Argentina compra quase um quarto dos produtos manufaturados que o Brasil exporta e no setor automotivo, em particular, 75% de nossas exportações vão para o mercado argentino. Esse choque na economia argentina acabou atrapalhando bastante nossa retomada em 2018.

Goiás Industrial - Mas ocorreram outros problemas.

Borges - De fato, ocorreram outros choques, como a paralisação dos caminhoneiros, mesma as incertezas em relação ao desfecho das eleições em 2018, se iria ganhar

um governo reformista ou não. Todos esses fatores constituíram choques não antecipados que acabaram impactando nossa economia.

Goiás Industrial - Como a política econômica deveria ter reagido a esses choques?

Borges - O papel da política econômica, dentre outras coisas, é reagir a esses choques. Se há espaço para reação e, como disse no início, havia de fato espaço para isso, do ponto de vista da inflação e das contas externas. Não havia motivo para que a política econômica, e principalmente a política monetária (política de juros), dado que a política fiscal hoje não dispõe de espaço para uma ação anticíclica, não tivesse reagido a esses choques de modo a combater seus efeitos e com isso gerar um crescimento mais acelerado, uma vez que esse espaço para crescer mais rápido existe. E daí um pouco minha crítica deste começo do ano.

Goiás Industrial - Qual sua avaliação sobre a política de juros?

Borges - Acho que a política monetária foi excessivamente cautelosa, atrelando muito os próximos passos à questão da reforma previdenciária. Sem sombra de dúvida, a reforma da Previdência é um elemento importante para toda a discussão de cenários (para a economia) no Brasil. Mas não cabe à política monetária ficar induzindo isso e/ou aguardar que a reforma passe antes de tomar uma atitude. No sistema de metas inflacionárias, o Banco Central tem de operar a política monetária de modo a entregar a inflação na meta. Em um ano ou outro, pode acontecer de a inflação desviar-se da meta, em função de choques não antecipados. Mas quando caminhamos para três anos consecutivos de inflação abaixo da meta, podendo-se estender isso para quatro anos, fica evidente para mim que houve sim um excesso de cautela da política monetária e isso explica, sim, uma parcela dessa frustração em relação à retomada do crescimento econômico brasileiro. Eu só enfatizo isso porque, conforme disse no começo da entrevista, esse espaço para crescer mais rápido existe.



“PELO LADO DOS PREÇOS, FICA EVIDENTE QUE HAVERIA ESPAÇO PARA A ECONOMIA CRESCER MAIS, PORQUE PODEMOS CONSIDERAR QUE SERÃO QUATRO ANOS CONSECUTIVOS DE TAXA DE INFLAÇÃO ABAIXO DA META. PELO LADO DAS CONTAS EXTERNAS, ESSE DIAGNÓSTICO SE REPETE, PORQUE O BRASIL, NOS ÚLTIMOS ANOS, POR CAUSA DA RECESSÃO, PASSOU A TER CONTAS EXTERNAS EQUILIBRADAS”

Goiás Industrial - Há problemas de oferta, como argumentam alguns economistas?

Borges - Hoje o que limita uma expansão mais rápida do PIB não são restrições do lado da oferta, os tais gargalos que tanto nos assomaram até 2012, 2013, de falta de infraestrutura, superaquecimento no mercado de trabalho. Não é isso, pelo menos desde 2015, 2016, que impede um crescimento mais rápido. Não é o lado da oferta, da capacidade instalada. É muito mais uma falta crônica de demanda. Nesse sentido, me preocupa um pouco avaliar o discurso de algumas autoridades do governo demonizando políticas de demanda e ao mesmo tempo anunciando a liberação de FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço), PIS e mais algumas outras coisas, que são políticas de demanda.

Goiás Industrial - Mas de alcance bem limitado.

Borges - É, bem limitado. De fato, houve um abuso das políticas de demanda no Brasil quando essas não eram necessárias, entre 2010 até 2014. Houve um abuso disso, a economia estava então operando bem acima do pleno emprego, superaquecida, inflação correndo acima da meta, déficit nas contas externas chegando a quase 5% do PIB. Então ali era evidente que a política econômica deveria ter pisado no freio, mas na verdade pisou no acelerador. Isso não quer dizer que agora, quando a economia está numa situação diametralmente oposta àquela, com economia aquém do pleno emprego, com desemprego muito acima dos níveis de equilíbrio estimados para o Brasil, com ociosidade na indústria cinco pontos percentuais acima do que é a média histórica, você tenha que demonizar políticas de demanda. Na realidade, você tem que implementá-las justamente na situação que estamos vivenciando desde 2016. E mais: ao mesmo tempo em que você usa a política de gestão de demanda – e hoje essa política é basicamente a política monetária, com algumas pitadas dessas medidas mais para-fiscais, de liberação de FGTS e outras –, isso não significa dizer que você deva abandonar a agenda de reformas mais estruturais, de melhoria do ambiente de negócios, que tendem a ter impacto de médio e longo prazos. As duas têm de ser executadas. Hoje, essas políticas são complementares.



“DE FATO, ABUSOU-SE DE POLÍTICAS DE ESTÍMULOS DE CURTO PRAZO À DEMANDA NAQUELE PERÍODO (2010 A 2014). SÓ QUE A ECONOMIA ESTAVA ALÉM DO PLENO EMPREGO. NAQUELE MOMENTO, AS POLÍTICAS DE DEMANDA TIVERAM UM VIÉS QUASE ELEITOREIRO MESMO. AGORA A SITUAÇÃO É DIAMETRALMENTE OPOSTA. ACHO QUE TEM ESSA DEMONIZAÇÃO, COLOCANDO POLÍTICAS DE DEMANDA TODAS NO MESMO BALAI E IGNORANDO A POSIÇÃO CÍCLICA DA ECONOMIA”

Goiás Industrial - O que se percebe hoje é que alguns economistas continuam a insistir no diagnóstico de problemas de oferta. Trata-se de uma posição ideológica, uma posição por princípio contrária a políticas de estímulo à demanda?

Borges - De novo, vou insistir na tecla, o comportamento da inflação em relação às metas nos últimos três anos é um ótimo termômetro de que não há restrição de oferta agregada. Não é isso que tem impedido, neste momento, nos últimos três anos, o crescimento mais rápido da economia brasileira. Respondendo à questão, acho que primeiro tem, como disse, uma demonização das políticas de gestão da demanda por conta dos abusos cometidos lá em 2009, 2012 até 2014. De fato, abusou-se de políticas de estímulos de curto prazo à demanda naquele período. Só que a economia estava além do pleno emprego. Naquele momento, as políticas de demanda tiveram um viés quase eleitoreiro mesmo. Agora a situação é diametralmente oposta. Acho que tem essa demonização, muito associada à questão na nova matriz macroeconômica, colocando políticas de demanda todas no mesmo balaio e ignorando a posição cíclica da economia. Quando a economia está superaquecida, as políticas de deman-

da têm que esfriar a atividade econômica, tanto a política fiscal quanto a política monetária. Se a economia está numa semidepressão, como é o caso da economia brasileira nos últimos anos, as políticas de demanda têm um papel importante para levar a economia de volta ao pleno emprego. Um segundo fator, que leva para esse tipo de avaliação, em minha opinião, é na verdade um argumento indireto, mas é a percepção de muitos economistas, de que inflação abaixo da meta é bom. Quanto menor a inflação, melhor. De fato, quanto menor a inflação, melhor, do ponto de vista inclusive dos mais pobres, já que a inflação funciona como um imposto altamente regressivo. Mas o fato é que, sob um regime de metas de inflação, a referência é a meta, por óbvio. Goste-se dela ou não. A definição da meta se dá em outro contexto. O BC hoje, quando começa a calibrar a política monetária, a meta já é conhecida e já está definida para os próximos dois, três anos, por exemplo. Se o Banco Central não gosta dessa meta, faz parte ►

do jogo ele tentar influenciar para que a meta seja reduzida depois desse horizonte. Agora, para o horizonte de dois a três anos à frente, que é o horizonte típico de política monetária, a meta de inflação é dada e o mandato do Banco Central num regime de metas é entregar a inflação em torno da meta e de preferência pouco volátil.

Goiás Industrial - Há um erro de avaliação?

Borges - Ainda nesse debate, tem sim um argumento correto, que alguns levantam, de que o Brasil há 40 anos cresce pouco, teve até um surto de crescimento, mas foi insustentável, ali entre o início da década passada até 2012, 2013, que o caminho é o aumento da produtividade porque o bônus demográfico já ficou para trás e agora para fazer o PIB crescer somente com aumento de produtividade, enfim. Todos esses argumentos estão corretíssimos. Se o Brasil quiser realmente desenvolver economicamente, aumentar a renda per capita de maneira sustentável ao longo de décadas, o desafio é o desafio de produtividade, que passa por reformas ligadas ao setor de infraestrutura, ambiente de negócios, quantidade e qualidade da educação e por aí vai. Agora tudo isso tem muito mais a ver com uma estratégia de desenvolvimento econômico de longo prazo do que com uma estratégia de retomada cíclica de uma economia que está estagnada.

Goiás Industrial - Vai ser preciso voltar a crescer para colocar esse processo em andamento?

Borges - Exatamente e vou dizer mais. Quanto mais tempo você persiste nesse quadro de semidepressão, mais você está sacrificando o crescimento de médio e de longo prazos. É tal da histerese, que é um termo que vem da física, mas que tem sido utilizado na economia já há algum tempo, principalmente depois da crise internacional de 2008/2009. Mas a histerese acontece justamente quando a economia fica muito fraca por um período relativamente prolongado. Isso acaba afetando as variáveis que determinam a produtividade da economia no longo prazo. Só para



“O ACÚMULO DE CAPITAL HUMANO AO LONGO DA VIDA LABORAL É EXTREMAMENTE IMPORTANTE PARA GANHOS DE PRODUTIVIDADE. E SE UMA PESSOA FICA TRÊS, QUATRO, CINCO ANOS FORA DO MERCADO DE TRABALHO, ELA ESTÁ SIMPLEMENTE VENDENDO UMA PARTE DE SEU ESTOQUE DE CAPITAL HUMANO SENDO DESTRUÍDO E ISSO TEM IMPACTOS PRATICAMENTE PERMANENTES SOBRE A PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA. SE A ECONOMIA PERSISTE NESSE QUADRO DE FRAQUEZA, AS PESSOAS VÃO PERDER CAPITAL HUMANO, VOCÊ TEM FUGA DE CÉREBROS E ESTAMOS VENDENDO ISSO ACONTECER CLARAMENTE NO BRASIL”

dar um exemplo mais claro evidente da histerese, observe o que ocorre no mercado de trabalho. Uma pessoa desempregada há muito tempo está simplesmente perdendo estoque de capital humano. Não é o estoque de capital humano que ela adquiriu, por exemplo, nos anos de estudo na escola, fazendo universidade. Isso ela continua carregando. Mas muitas das habilidades que os trabalhadores adquirem ocorrem ao longo da vida laboral, no ambiente de trabalho. Esse acúmulo de capital humano ao longo da vida laboral é extremamente importante para ganhos de produtividade. E se uma pessoa fica três, quatro, cinco anos fora do mercado de trabalho, ela está simplesmente vendendo uma parte de seu estoque de capital humano sendo destruído e isso tem impactos praticamente permanentes sobre a produtividade da economia. Se a economia persiste nesse quadro de fraqueza, as pessoas vão perder capital humano, você tem fuga de cérebros e estamos vendo isso acontecer claramente no Brasil. Pessoas com alta qualificação saindo para Portugal e outros países. Vemos um estoque de capital que vai ficando cada vez mais obsoleto, porque na medida em que a recuperação não vem as empresas não investem. Então, os caminhões vão ficando mais velhos, as máquinas vão ficando mais obsoletas, as estradas estão se deteriorando mais porque o investimento público está no chão. A histerese se manifesta por vários canais e ela basicamente aponta que esse quadro de curto prazo pode sim trazer danos de médio e longo prazo para a economia se

não conseguirmos superar logo essa depressão.

Goiás Industrial - Com que intensidade a política monetária deveria ter sido revisada para ter algum efeito sobre a atividade?

Borges - Nas minhas contas, a taxa Selic (que estabelece um piso para os juros) teria de ir para pelo menos 5%, em termos nominais, até o final deste ano, para garantir um crescimento do PIB no ano que vem em torno de 2,0% a 2,5%, o que também não é nada maravilhoso, mas seria mais do que o dobro do que

a economia brasileira cresceu nos últimos dois ou três anos. Apenas para termos uma ideia, quando tento analisar a política monetária dos últimos anos, com alguns exercícios econométricos e matemáticos, chego à conclusão, por exemplo, que já em meados de 2018, ou seja, há um ano, a Selic deveria estar em torno de 5,5% e não nos 6,5% que ela havia alcançado em maio do ano passado. Hoje, como não houve esse corte, a inflação ficou abaixo da meta por mais um ano e para você trazer a inflação de novo para meta em 2020 seria preciso que a Selic recuasse para perto de 5% até o final de 2019 e ser mantida por aí até o final do ano que vem antes de começar a ser normalizada novamente no final de 2020 ou ao longo de 2021.

Goiás Industrial - Apenas a mudança na política monetária seria suficiente ou você acha que seriam necessárias medidas na área fiscal, como alguns economistas têm defendido?

Borges - Acho que são complementos. Acredito que a política econômica como um todo deveria ser mais estimulativa hoje. No caso da política fiscal, tem muita limitação dado que estamos numa fase de consolidação diante da necessidade de fazer superávit primário (receitas menos despesas, excluídos gastos com juros da dívida pública) ano após ano para evitar que a dívida exploda lá na frente. Tenho preferência que todo o estímulo venha da política monetária. Por que surgiu essa discussão de uso da política fiscal para estimular a economia? Alguns economistas dizem que isso se justifica porque o impacto da política fiscal seria mais rápido, mais tempestivo, enquanto a política monetária, se ela for relaxada naqueles níveis até o final deste ano, o impacto vai ficar mais para 2020, estendendo por mais um ano essa pasmeceira na economia. No caso da política fiscal, ou mesmo do FGTS, que é uma política parafiscal, o impacto é bem mais imediato. Um argumento em favor de um estímulo fiscal, via investimento, seria esse. Um segundo ponto colocado por quem defende o uso da política fiscal é que o tal do efeito multiplicador do investimento público é bastante alto. O FMI estimou recentemente para países da América Latina que cada real de investimento público gasto a mais, você gera R\$ 1,50 a mais de PIB. O governo investe, isso faz as empresas contratarem mais, as pessoas contratadas consomem mais e por aí vai. Um terceiro argumento para defender um estímulo fiscal é que a política monetária não está entregando o

que deveria. Pode ser que daqui em diante essa coisa mude com a aprovação iminente da reforma previdenciária. Mas o fato é que política monetária não foi corretamente calibrada e, até há pouco tempo, já com nova diretoria (no Banco Central), não se via uma sinalização clara de que os juros iriam cair. Nesse contexto, surgiu essa discussão sobre o que fazer dado que a política monetária estava se recusando a cumprir o seu papel num regime de metas.

Goiás Industrial - Haveria espaço para uma política fiscal anticíclica neste momento?

Borges - De um lado, o governo federal não tem a restrição dos governos regionais que não podem emitir dívida. Mas a questão é se esse aumento de dívida vai ser mais do que compensado pelo crescimento do PIB gerado por esse estímulo. Num exemplo, se o governo concebe um pacto de R\$ 50,0 bilhões de investimentos públicos, se o efeito multiplicador foi mesmo de uma vez e meia, isso vai aumentar o PIB em R\$ 75,0 bilhões. A razão entre dívida e PIB vai cair, porque a dívida vai aumentar em R\$ 50,0 bilhões e o PIB vai aumentar em R\$ 75,0 bilhões. A questão é saber se estamos em condições de que o investimento público seja, entre aspas, autofinanciável sob o ponto de vista da dinâmica do endividamento. Hoje, parece que sim, principalmente com a aprovação da reforma da Previdência dando um horizonte de sustentabilidade das contas públicas mais no médio e longo prazo. Talvez não fosse o caso no final do ano passado e mesmo há dois anos, quando os investidores estavam ainda muito preocupados com a solvência fiscal de médio e longo prazo e qualquer estímulo fiscal poderia ser contraproducente, como foi por exemplo, apenas

para citar um caso recente, na Itália. O novo governo, a coalisão do novo governo que assumiu no ano passado, anunciou um pacote de estímulo fiscal em meados de 2018, mas como a posição fiscal italiana já era muito frágil e nenhuma reforma para melhorar isso tinha sido feita até então, como foi a reação dos mercados, investidores, dos analistas? A reação foi de aumentar o prêmio de risco, que chegou a ser até mais alto do que o do Brasil. Na prática, o que aconteceu na Itália foi uma 'expansão fiscal contracionista'. O governo anunciou a intenção de promover o estímulo fiscal, o que deteriorou mais do que proporcionalmente o risco-país italiano e gerou um efeito negativo que mais do que compensou aquele impacto positivo que poderia vir do estímulo fiscal. O Brasil corria um risco desse até pouco tempo ►



**“QUANTO MAIS TEMPO
VOCÊ PERSISTE NESSE QUADRO
DE SEMIDEPRESSÃO, MAIS
VOCÊ ESTÁ SACRIFICANDO
O CRESCIMENTO DE MÉDIO
E DE LONGO PRAZOS”**

atrás, sem a âncora da reforma da Previdência. Eu diria que agora, com essa âncora, a história mudou. Então faz mais sentido hoje, é mais provável que um impulso fiscal de investimento (tivesse efeitos) – e por que insisto em investimento e não em qualquer tipo de gasto? Porque o investimento tem um multiplicador elevado e não é um gasto permanente. O investimento se realiza, constrói estradas e por aí vai e lá na frente você só tem gasto de manutenção. Não é como contratar funcionários públicos que você carrega esse gasto por 70, 80 anos. Hoje parecem existir as condições para que o Brasil possa ter um impacto favorável de um estímulo fiscal, 'autofinanciável', justamente por gerar um aumento do PIB maior do que o aumento da dívida.

Goiás Industrial - O ajuste fiscal não viria de alguma forma junto com o crescimento?

Borges - Esse é um ponto que também tenho insistido nas discussões que faço internamente. O pessoal tem dito muito que o Brasil precisa de um ajuste fiscal de quatro pontos percentuais do PIB para poder estabilizar a dívida. Como não dá para aumentar a carga tributária, as alíquotas dos tributos, enfim, isso tudo teria de vir de corte de gastos, mais ainda do que já foi cortado até

agora. Mas essa avaliação está correta pela metade, vamos dizer assim. Hoje, como a economia brasileira está operando aquém do pleno emprego – o desemprego está em torno de 12% da população economicamente ativa e estimo que a taxa de desemprego de equilíbrio esteja em torno de 9%, o nível de utilização da capacidade instalada na indústria está em torno de 75% e o normal é algo em torno de 80% –, isso obviamente está deprimindo a arrecadação de tributos do governo federal e dos governos regionais. Estimo que, daqueles quatro pontos percentuais do ajuste fiscal que o Brasil precisaria fazer para estabilizar a relação entre dívida e PIB, metade viria simplesmente pelo fato de a economia consumir esse excesso de ociosidade que a recessão de 2014/2016 gerou e que pouco se alterou desde então. A outra metade demandaria sim reforma da Previdência, reforma de outros gastos obrigatórios e essas coisas mais estruturais. ♦



Lei de Incentivo à
CULTURA

Ministério da Cidadania
e Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Goiânia APRESENTAM

Primavera social

1ª Edição



VOCÊ QUE É EMPRESÁRIO E/OU PESSOA FÍSICA, SABIA QUE SEU IMPOSTO DE RENDA PODE SER UTILIZADO PARA MUDAR VIDAS?

ACESSE WWW.PRIMAVERASOCIAL.COM.BR E CONHEÇA ESSE PROJETO QUE, POR MEIO DA MÚSICA, ESTÁ MUDANDO A VIDA DE MUITAS CRIANÇAS, JOVENS E FAMÍLIAS.



Patrocínio Master



REGISTRO DE IMÓVEIS
1ª CIRCUNSCRIÇÃO DE GOIÂNIA

Patrocínio

4º REGISTRO DE IMÓVEIS
GOIÂNIA



REGISTRO DE IMÓVEIS
SENADOR CANEDO
REGISTRO DE IMÓVEIS, TITULARES E DOC.

GRUPO
JOSÉ ALVES

água mineral
crystal



SINTA O SABOR

Apoio

MILHÃO

Elaboração | Captação | Execução



Apoio Institucional



TOCCARE

Realização

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DA
CIDADANIA





● **Atividade sem impulso:** economia exige maior injeção de vapor para voltar a crescer de forma mais acelerada e duradoura

FALTA DEMANDA

O baixo crescimento da economia brasileira tem sido determinado pelo apetite reduzido de empresários e consumidores para investir e gastar, amarrados pelo excesso de endividamento, ociosidade e pelo desemprego

Lauro Veiga Filho

Mais uma vez, a exemplo do que tem ocorrido desde que o Comitê de Datação de Ciclos Econômicos (Codace) da Fundação Getúlio Vargas (FGV) decretou o fim da recessão, no quarto trimestre de 2016, consultores e analistas usaram freneticamente planilhas e calculadoras para revisar, sempre para baixo, suas projeções para a economia em 2019. Até meados de janeiro, segundo o relatório Focus do Banco Central (BC), as previsões mais frequentes do mercado indicavam crescimento de 2,60% para o Produto Interno Bruto (PIB) neste ano, estimativa ajustada, no final de setembro, para 0,87%, com o “refinamento” de duas casas decimais.

O mesmo tem ocorrido com a inflação oficial, medida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ainda no começo da segunda quinzena de janeiro, as apostas para o Índice Nacional de Preços ao Mercado Amplo (IPCA) variavam ao redor de 4,02% para os próximos 12 meses, corrigidas na semana final de setembro para 3,42%. A combinação de crescimento modestíssimo e inflação abaixo do centro da meta já pelo terceiro ano consecutivo, na visão de alguns economistas, a exemplo de Nelson Marconi, do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre/FGV), e Bráulio Borges, pesquisador associado do Ibre e economista-sênior da área de macroeconomia da LCA Consultores (leia ►



● **Nelson Marconi:** política econômica não tem conseguido trazer solução para os principais problemas de curto prazo, que têm amarrado a recuperação

entrevista nesta edição), é um sinal evidente de que a política econômica em vigor tem sido inapropriada para promover a “retomada cíclica de uma economia em estagnação”, na descrição de Borges.

Para Marconi, essa política tem sido pouco “estimulativa” e não tem conseguido trazer solução para os principais problemas de curto prazo, que têm amarrado a recuperação. Medidas para enfrentar desequilíbrios fiscais no setor público e melhorar o ambiente de negócios, aponta, numa percepção compartilhada também por Borges, são relevantes, mas não deverão contribuir para fazer com que a atividade econômica ganhe ritmo e vença a paralisia atual. Na visão de ambos, a economia sofre com a falta de demanda agregada, limitada pelo excesso de endividamento de famílias e empresas, que voltou a crescer neste ano, e pelo desemprego elevado, além de grandes doses de ociosidade nas fábricas.

Nos dados apurados por Marconi, com base em séries estatísticas do SPC Brasil e da Serasa Experian, o número de famílias endividadas saltou de 51,7 milhões em 2012 para 62,5 milhões na média registrada ao longo dos primeiros cinco meses deste ano, mais 10,8 milhões de famílias, numa alta de 20,9%. Entre 2016 e os quatro meses iniciais de 2019, sempre em números

Raphael Ribeiro/BCB



médios, acrescenta o economista, o total de micro e pequenas empresas endividadas aumentou quase 29%, saindo de 4,2 milhões para 5,4 milhões.

Transformado em número índice, que toma janeiro de 2010 como base, o total de famílias endividadas avançou 2,3% entre os cinco primeiros meses de 2018 e 2019 em todo o País, com altas mais relevantes nas regiões Sudeste (+3,8%) e Sul (+2,3%). Nas demais regiões, o crescimento variou entre 0,6% no Nordeste e 1,6% no Centro-Oeste, com elevação de 1,2% no Norte. Na comparação entre 2019 e 2012, Norte e Nordeste acumulam os maiores aumentos, na casa de 29% em ambos os casos, seguidas por Centro-Oeste (21,8%), Sul (15,8%) e Sudeste (14,8%). Como registro, a força de trabalho em todo o País aumentou em ritmo mais modesto em igual período, subindo de 96,2 milhões para 105,9 milhões (10,1% a mais).

Para fazer frente a esse “endividamento

estrutural”, Marconi sugere que o governo coordene uma estratégia para renegociação ampla de dívidas, com alongamento de prazos e redução de juros, envolvendo o setor financeiro público e estímulos para adesão de bancos privados. A sinalização dos bancos públicos, combinada com uso de parcela dos depósitos compulsórios, “acabaria levando à adesão das instituições financeiras privadas”, acredita Marconi. Na posição de agosto deste ano, segundo o Banco Central (BC), o saldo dos compulsórios somava algo ao redor de R\$ 441,84 bilhões, correspondendo a 23,7% do estoque de operações de crédito livre.

Espaço para crescer mais

A crise fiscal, causada por aumento de despesas e retração de receitas, apontam Nelson Marconi e Bráulio Borges, certamente não pode ser ignorada, mas



● **Reunião do Conselho de Política Monetária, liderada pelo presidente do BC, Roberto Campos Neto: cautela excessiva na política de redução de juros**

a 2,5% do PIB ao ano, o que corresponderia, mantidas as tendências atuais, a algo entre 51% a 64% dos investimentos estrangeiros acumulados em 12 meses.

Na visão de ambos, a política econômica não conseguiu reagir apropriadamente a choques não antecipados que ajudaram a atrapalhar a retomada da atividade econômica mais recentemente. A greve dos caminhoneiros foi um deles, seguida pelas turbulências geradas pelo período eleitoral e, mais destacadamente, pelo colapso econômico da Argentina. Na mesma linha, Leonardo Costa, da LCA Consultores, afirma que “a marcante piora econômica argentina teve influência nada desprezível na frustração do crescimento doméstico em 2018 e continua a representar um fator de contenção da atividade neste ano”. Ele pondera, no entanto, que a deterioração progressiva das expectativas econômicas domésticas ao longo do primeiro semestre “parece mais associada a fatores internos do que a fatores externos à nossa conjuntura”.

De acordo com Borges, praticamente um quarto das exportações brasileiras de produtos manufaturados e 75% das vendas externas de automóveis têm o mercado argentino como destino. Nos primeiros nove meses deste ano, as exportações do Brasil para aquele mercado encolheram 39,0%, de US\$ 12,257 bilhões para US\$ 7,481 bilhões, enquanto as vendas de veículos de passeio e de carga, partes e peças para o setor, pneus e motores caíram 51,2, saindo de US\$ 5,717 bilhões para US\$ 2,788 bilhões, respondendo por quase dois terços da redução verificada nas vendas externas totais brasileiras para o mercado argentino.

A seu ver, havia e ainda há espaço para mudanças de direção, sobretudo da política monetária, que, segundo Borges, tem sido “excessivamente cautelosa”. Em

seus exercícios, o economista sustenta que os juros básicos expressos na taxa Selic já deveriam ter caído para qualquer coisa em torno de 5,5% ao ano desde meados de 2018, dado o nível de ociosidade em toda a economia e o bom comportamento da inflação. Ele sustenta que os juros básicos deveriam ser reduzidos pelo menos para 5,0% ao ano até o final de 2019 e mantidos nesse nível até o encerramento do próximo ano. Diante dos indicadores mais recentes e da sinalização sugerida pela comunicação do Banco Central (BC), os mercados passaram a trabalhar com uma projeção de 4,75% para a taxa Selic (os juros básicos) em dezembro, sugerindo elevação dos juros para 5,0% ao final de 2020.

Borges e Marconi consideram ainda a possibilidade de incremento dos investimentos públicos diante de seu efeito multiplicador mais amplo e mais rápido sobre a atividade econômica, especialmente com uma ofensiva mais decisiva na área das concessões. O cenário de curto prazo, portanto, deveria merecer maior atenção, o que não significa deixar de lado a agenda de reformas, raciocinam ambos. “Quanto mais persiste o quadro semidepressivo na economia, mais o País sacrifica as possibilidades de crescimento de médio e de longo prazo”, alerta Borges.

Num tom mais otimista, Fernando Honorato, economista chefe do Bradesco, visualiza perspectivas “bastante positivas para os próximos trimestres”, principalmente “quando se olha para a agenda econômica e para os preços de ativos – como bolsa, juros longos e risco país em níveis muito favoráveis”. Em sua avaliação, com a liberação efetiva dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), “o consumo deve ganhar tração nos próximos meses” e “além disso, os setores mais dependentes de juros, como os bens duráveis e imóveis, já têm se beneficiado da redução da Selic e seguirão avançando ainda mais com os cortes esperados para os juros nos próximos meses”.

poderia ser enfrentada por um cardápio que incluísse algum corte adicional em gastos correntes e medidas para estimular a economia, o que ajudaria a incrementar a arrecadação, suprimindo pelo menos metade do ajuste que se supõe necessário para equilibrar a relação entre dívida pública e o PIB. Borges sustenta que os indicadores mostram que há nítido espaço para crescer a um ritmo mais intenso sem que isso cause desequilíbrios nos preços e na área externa. Com reservas internacionais que se aproximam de 21,0% do PIB nos 12 meses até agosto, somando US\$ 386,48 bilhões, um déficit na conta de transações correntes limitado a 1,84% do produto, integralmente financiado por investimentos estrangeiros próximos de 3,9% do PIB, os dois economistas acreditam que o País pode se dar ao luxo de operar com menor capacidade ociosa. Isso significaria crescer mais rapidamente e conviver com déficit entre 2,0%

Só o ministro preferiu não ver

“Desde quando o Brasil precisa da Argentina para crescer?”, disparou o ministro da Economia, Paulo Guedes, num evento em São Paulo, em agosto, quando questionado sobre os efeitos da crise no país vizinho. O ministro exercitava sua já conhecida capacidade de disparar frases de efeito, muitas vezes sem relação alguma com a realidade dos fatos. O comentário jocoso foi recentemente desautorizado pelo trabalho desenvolvido pelas econo-

mistas Luana Miranda e Mayara Santiago, do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/FGV), mostrando que sim, a economia brasileira não só tem muito a perder como vem perdendo desde que o país vizinho iniciou seu mergulho por volta de meados do ano passado.

Os impactos começam pelas exportações, especialmente concentradas em manufaturas, peças e acessórios para o setor de manufaturados, e vão além, alcançando a atividade industrial em seu conjunto, o

comércio protagonizado por empresas do setor industrial, o setor de transportes, a arrecadação de impostos e, claro, o Produto Interno Bruto (PIB) aqui dentro.

Luana, mestre em economia pela FGV, com especialização em macroeconomia, e Mayara, formada pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e mestranda em economia pela mesma FGV, construíram um modelo que permite inferir quanto a economia brasileira teria crescido não fosse atingida pela crise no país vizinho. Esse modelo considera a

UM SETOR VICIADO EM JUROS ALTOS

Os efeitos da redução dos juros sobre a atividade econômica somente devem ser visualizados mais nitidamente ao longo do ano que vem, já que as taxas de mercado não sofrem redução proporcional e em igual velocidade na ponta do crédito. Numa comparação baseada nos relatórios mensais sobre o mercado de crédito divulgados pelo BC, nas operações livremente contratadas entre bancos, empresas e pessoas físicas, os juros médios subiram de **35,56%** ao ano em dezembro de 2018 para **37,89%** em agosto deste ano (alta de 2,33 pontos). No mesmo intervalo, a taxa Selic manteve-se inalterado em **6,5%** ao ano até junho de 2019, quando sofreu corte de meio ponto, para **6,0%**.

Um avanço importante dos atrasos no recebimento do crédito poderia justificar a elevação dos juros pelos bancos. Mas a taxa média de inadimplência apresentou variação apenas nas casas decimais, saindo de **3,85%** em dezembro para **3,99%**. Em tese, a flutuação não parece justificar a alta nos juros cobrados pelos bancos. Na verdade, mesmo diante da redução nos custos de captação dos bancos (ou seja, na remuneração que o sistema paga para tomar recursos “empresados” de investidores), o “spread” bancário, sempre no mercado livre, saltou de **27,76** para **31,58** pontos entre dezembro de 2018

e agosto deste ano – o que mostra um sistema financeiro “viciado” em juros e margens excessivamente altas.

Numa avaliação mais genérica, os tais “spreads” correspondem à diferença entre as taxas pagas pelos bancos aos investidores e os juros cobrados dos tomadores de crédito, numa espécie de “margem bruta” do sistema financeiro, antes de descontados custos e despesas gerais do setor, incluindo os custos gerados pela necessidade de provisionar (reservar) recursos para cobrir o risco

de perdas nos empréstimos e financiamentos concedidos. Ainda no segmento de recursos livres, a taxa de captação dos bancos havia recuado de **8,1%** para **7,3%** no cálculo feito pelo BC para estimar o Indicador de Custo do Crédito (ICC). Traduzindo: o dinheiro ficou mais barato para os bancos, mas a queda não foi repassada aos tomadores finais de crédito, já que o setor financeiro preferiu engordar seus lucros.



BALANÇO DESIGUAL

(Indicador do Custo do Crédito, taxa de captação, spread dos bancos no segmento de recursos livres e taxa de inadimplência)

Período	ICC (% ao ano)	Taxa de captação (% ao ano)	Spread do ICC (em pontos percentuais)	Inadimplência (%)
Dez/2018	31,4	8,1	23,3	3,8
Jan/19	32,1	8,1	24,0	4,0
Fev	32,5	8,0	24,5	3,9
Mar	32,3	7,9	24,4	3,9
Abr	32,7	7,9	24,8	3,8
Mai	32,4	7,8	24,6	3,9
Jun	32,4	7,6	24,8	3,8
Jul	32,3	7,5	24,8	3,9
Ago	32,0	7,3	24,7	4,0

Fonte: Banco Central (BC)

evolução dos volumes exportados pelo Brasil para a Argentina e da taxa de câmbio real entre os dois países. As pesquisadoras alimentaram seu modelo econométrico com aquelas variáveis e identificaram qual a parcela do crescimento da indústria brasileira de transformação não poderia ser explicada pelo comércio internacional com a Argentina. Além disso, para projetar os impactos esperados para o terceiro e quarto trimestres deste ano, estimaram o crescimento esperado para os volumes das exportações para a Argentina tomando como base o cenário desenhado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) para a demanda doméstica naquele país. Os resultados mostram efeitos em cadeia sobre a indústria brasileira, criando novas dificuldades para uma economia que não tem conseguido deslanchar quase três anos após o fim da recessão.

No ano passado, conforme os cálculos de Luana e Mayara, o valor adicionado da indústria de transformação poderia ter crescido 2,2% ou cerca de 0,9 pontos de porcentagem a mais do que o resultado de fato registrado pelo setor (1,3%). Para este ano, diante de uma projeção de 0,2% feita pelo Ibre mais recentemente, o PIB do setor de transformação teria condições de avançar, em situação normal, algo em torno de 2,1%. O estrago aqui seria, portanto, de 1,9 pontos de porcentagem.

“Contudo, para compreendermos o que isso significa em termos de PIB, precisamos avaliar os efeitos secundários da indústria de transformação sobre os demais componentes do PIB pelo lado da oferta, como comércio, transportes e impostos”, ponderam as duas pesquisadoras. Luana e Mayara lembram que a atividade industrial influencia o comércio e os transportes, já que a produção precisa ser vendida e transportada, além de impactar a arrecadação de impostos. Em torno de 60% dos impostos arrecadados, lembram elas, “são provenientes da indústria de transformação”. Numa relação evidente, quanto

mais cresce a indústria, maior o avanço das receitas no setor público (e vice-versa).

Nessa análise, o comércio perdeu algo como 0,4 pontos de porcentagem em 2018 e tende a crescer neste ano um ponto abaixo do que poderia, sem o “efeito Argentina”. No setor de transportes, o crescimento teria sido 0,3 pontos mais baixo em 2018 e deverá ser 0,8 pontos menor neste ano. No caso dos impostos, analisados aqui sob o ponto de vista das contas nacionais (quer dizer, do PIB), o avanço de 1,4% observado em 2018 poderia ter alcançado 1,8% (0,4 pontos a mais). Para este ano, estima-se elevação de 1,3% ou um ponto a abaixo do crescimento potencial, dadas as condições presentes na economia brasileira atualmente. Ao fim e ao cabo, o PIB, que variou 1,1% em 2018, poderia ter crescido pouca coisa a mais (1,3% ou 0,2 pontos acima do observado), o que não mudaria efetivamente a tendência de baixo crescimento da economia brasileira, mas acentua as perspectivas de um avanço ainda mais distante do necessário. Para este ano, a diferença tende a ser de meio ponto de porcentagem, com avanço de 1,1% esperado e possibilidade de incremento de 1,6%.

● **Paulo Guedes:**
em discurso a
empresários, ministro
da Economia chegou a
afirmar que o Brasil
não dependeria da
Argentina para crescer



● **Luana Miranda, da FGV:** crise na Argentina pode reduzir crescimento do PIB brasileiro em meio ponto de porcentagem neste ano

Divulgação/FPT



● Indústria argentina de motores para veículos: crise no país reduz demanda por peças e acessórios importados do Brasil

VENDAS DESPENCAM QUASE 39%

As exportações brasileiras para a Argentina desabaram praticamente **39%** na comparação entre os valores acumulados entre janeiro e setembro deste ano e igual período do ano passado, encolhendo de US\$ **12,257** bilhões para US\$ **7,481** bilhões, numa perda aproximada de US\$ **4,775** bilhões. Em idêntica comparação, as exportações totais do Brasil baixaram **5,6%**, saindo de US\$ **177,082** bilhões para US\$ **167,206** bilhões (ou seja, quase US\$ **9,877** bilhões a menos). Isso significa que quase metade (**48,4%**) das perdas experimentadas pelo comércio exterior brasileiro esteve relacionada com o tombo nas vendas para a Argentina, o que fez reduzir a participação desse mercado nas vendas externas totais do Brasil de **6,92%** para **4,47%**.

Praticamente dois terços da redução sofrida pelas exportações brasileiras para o país vizinho ficaram concentradas no setor automobilístico, afetando a produção do-

méstica da indústria aqui dentro. Incluindo automóveis de passageiros, veículos de carga, tratores, partes e peças para veículos e pneus, as vendas para a Argentina caíram a menos da metade, despencando de US\$ **5,717** bilhões nos nove primeiros meses de 2018 para pouco menos de US\$ **2,788** bilhões em igual

intervalo deste ano, num tombo de **51,2%**. Em torno de US\$ **2,929** bilhões deixaram de ser exportados pelo Brasil apenas nesta área, o que representou **61,3%** de toda a queda observada nas vendas brasileiras para a Argentina.

LADEIRA ABAIXO

(Exportações brasileiras, valores em US\$ bilhões)



Variável	2018	2019	Variação (%)	Diferença (US\$ bilhões)
Exportação total do Brasil	177,08	167,21	-5,6	-9,88
Exportação brasileira para a Argentina	12,26	7,48	-39,0	-4,78
Participação da Argentina nas exportações brasileiras	6,92%	4,47%	-	-
Exportações do setor automotivo brasileiro para a Argentina*	5,72	2,79	-51,2	-2,93

(*) Inclui automóveis de passageiros, veículos de carga, tratores, peças e partes de veículos e pneus
Fonte: Ministério da Economia

Renda avança mais lentamente

Até o encerramento do primeiro semestre, o consumo das famílias, embora timidamente, e os investimentos vinham dando alguma sustentação à atividade econômica, puxando o Produto Interno Bruto (PIB). Neste segundo semestre, os dados do Banco Central (BC) sobre a renda total disponível das famílias já mostravam desaceleração, antecipando novas dificuldades à frente para a demanda e para a atividade econômica em geral. A tendência foi reforçada com a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua (PNADC) referente ao trimestre encerrado em agosto deste ano.

A pesquisa mostra que a massa salarial real (quer dizer, a soma de todos os salários recebidos pelas pessoas ocupadas, em valores corrigidos com base na inflação) sofreu forte desaceleração no período, passando a registrar a menor taxa de variação anual desde o mesmo trimestre de 2017. O desaquecimento, que tende a afetar negativamente a capacidade de consumo das famílias, veio como resultado da literal estagnação do rendimento médio recebido pelos trabalhadores e da lenta reação observada no mercado de trabalho. Neste caso, uma reação sustentada largamente, desde seu início, por ocupações informais, sem direitos trabalhistas, férias, 13º salário, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e sem Previdência, o que gera maior insegurança entre as famílias e pouca disposição para o consumo.

Na verdade, a perda de ritmo da massa salarial já podia ser observada, ainda discretamente, desde abril (ou, mais corretamente, desde o trimestre terminado naquele mês). No primeiro trimestre, a soma total dos rendimentos pagos aos trabalhadores, em valores reais, havia crescido em torno de 3,2% na comparação com o mesmo período de 2018. No trimestre feve-

reiro-abril, o avanço ficou limitado a 2,7% e veio recuando desde então até atingir qualquer coisa próxima a 2,2% no trimestre entre maio e julho. Nos três meses encerrados em agosto, a massa salarial apresentou variação de 1,84% frente a igual período do ano passado, saindo de R\$ 206,106 bilhões para R\$ 209,893 bilhões.

A PNADC apontou acréscimo de R\$ 3,787 bilhões na massa salarial entre aqueles dois trimestres, o que significou pouco mais da metade do crescimento experimentado no trimestre junho-agosto de 2018. Ali, o orçamento dos trabalhadores chegou a receber reforço extra de R\$ 7,376 bilhões, correspondendo a uma variação de 3,7% frente aos números de 2017, ainda considerando o mesmo trimestre. Ainda assim, o PIB do terceiro trimestre de 2018 apresentou avanço anual de 1,27%, sofrendo novo desaquecimento na sequência, na medida em que o mercado de trabalho não conseguiu sustentar o mesmo crescimento registrado nos meses anteriores para a massa salarial. A liberação de recursos das contas do FGTS poderá contribuir para

injetar algum ânimo nas vendas, muito embora pesquisas já tenham indicado maior propensão do consumidor para usar os recursos do fundo no pagamento de dívidas e compromissos em atraso. O efeito final sobre a demanda tende a ser limitado, pois a dinâmica do mercado de trabalho não tem sido mais favorável.

Na comparação com o trimestre junho-julho-agosto de 2018, o número total de pessoas ocupadas no País, considerando todas as formas de ocupação, apresentou incremento próximo de 2,0% nos mesmos três meses deste ano, avançando de 91,970 milhões para 93,631 milhões, correspondendo à geração de mais 1,841 milhão de empregos. Mas o rendimento real médio recebido pelas pessoas ocupadas ficou literalmente estagnado em R\$ 2.298 por mês. A explicação possível para essa aparente discrepância entre os dois indicadores parece estar na própria dinâmica assumida pelo mercado de trabalho, caracterizada pelo crescimento da informalidade e na abertura de empregos de baixa remuneração. ►

● **Mercado de trabalho: emprego derrapa e rendimento dos trabalhadores registra estagnação na média de todo o País**



De fato, em torno de 39,4% do aumento registrado pelo total de ocupados deveu-se ao crescimento do número de pessoas contratadas sem carteira assinada. Os “sem carteira” cresceram de 18,098 milhões no trimestre junho-agosto do ano passado (19,72% do total de ocupados) para 18,823 milhões (20,1% dos ocupados), num avanço de 4,0% (ou 725 mil a mais).

O número de empregadores e de trabalhadores por conta própria sem registro no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) aumentou 3,5% na mesma comparação, saindo de 19,580 milhões (21,33% do total de ocupados) para 20,259 milhões (o que passou a representar 21,64% dos ocupados). Nesta área, registrou-se a criação de 679,0 mil vagas ou 36,88% de todas as novas ocupações geradas pelo mercado no período.

Assim, os “sem carteira” e “sem CNPJ” foram responsáveis por 76,26% do aumento no total de ocupações e a maior parte dessas vagas foi alocada na área de serviços (incluindo serviços domésticos, mas excluindo o comércio e o setor de reparação de veículos e motos). Quando incluído na conta, o total de trabalhadores familiares, em geral sem remuneração, eleva o número de informais para 41,275 milhões, diante de 39,839 milhões no trimestre finalizado em agosto do ano passado, demonstrando uma evolução de 3,6% – mais 1,436 milhão de novos postos de trabalho, significando 78% de todos os empregados abertos no período.

O número de trabalhadores com carteira, militares e servidores públicos estatutários praticamente não cresceu, passando de 43,907 milhões para 43,972 milhões de

pessoas. A indústria, que havia respondido por 14,47% do total de empregos no quarto trimestre de 2014, teve sua participação reduzida para 12,96%, num mercado onde 41,36% dos trabalhadores não têm carteira e nem CNPJ. Quando somados aqui os empregadores e trabalhadores por conta própria com inscrição no CNPJ, o número de pessoas ocupadas na formalidade avançou marginalmente de 51,951 milhões para 52,354 milhões no mesmo período analisado, num acréscimo de 403,0 mil ocupações (mais 0,78%), ou pouco mais de um quinto de todos os empregos criados desde agosto de 2018.

Na mesma comparação, enquanto a fatia dos trabalhadores e empregadores formais encolheu de 56,6% para 55,9% do total de ocupados, a participação dos informais avançou de 43,4% para quase 44,9%.

MASSA SALARIAL ESTAGNADA

Em Goiás, o baixo crescimento do total de ocupados, com abertura de apenas **44,0** mil vagas entre o segundo trimestre de 2018 e o mesmo período deste ano (dado mais recente divulgado pelo IBGE), chegando a um total de **3,348** milhões de pessoas com algum tipo de ocupação, e a estagnação do rendimento real médio, com ligeira tendência à baixa, levaram à paralisação virtual da massa de salarial. No segundo trimestre deste ano, a soma de todos os rendimentos recebidos pelos trabalhadores atingiu R\$ **6,969** bilhões, ligeiramente inferior aos R\$ **6,996** bilhões registrados no segundo trimestre de 2018, a valores atualizados até junho deste ano.

A informalidade ficou igualmente estabilizada na faixa de **1,464** milhão de pessoas, representando **43,7%** do total de ocupados, enquanto os empregos formais avançaram **2,2%**, para **1,885** milhão, representando **56,3%** do total. Os dados da pesquisa por amostra de domicílio do IBGE mostram, portanto, tendência inversa para Goiás na comparação com o restante do País. Mas com

perdas de renda relativas para os trabalhadores goianos e suas famílias. Se a informalidade não chegou a avançar, a subocupação por insuficiência de horas trabalhadas foi a mais segunda elevada em toda a série, perdendo apenas quando comparada ao primeiro trimestre de 2012. Esse total avançou de **159,0**

mil no segundo trimestre de 2018, mesmo número registrado no trimestre finalizado em março deste ano, para **174,0** mil no segundo trimestre de 2019, diante de **186,0** mil nos primeiros três meses de 2012.

BAIXO CRESCIMENTO EM GOIÁS

(Mercado de trabalho, dados selecionados)



Variáveis	Abr-jun 2018	Abr-jun 2019	Variação absoluta
Ocupados (em milhares)	3.304	3.348	44,0
Formais* (em milhares)	1.844	1.885	41,0
Participação dos formais no total de ocupados	55,8%	56,3%	-
Informais**	1.461	1.464	3,0
Participação dos informais no total de ocupados	44,2%	43,7%	-
Massa de rendimentos (R\$ milhões)	6.996	6.969	-27,0

(*) Empregados dos setores público e privado e trabalhadores domésticos com carteira assinada, militares e servidores públicos estatutários, empregadores e trabalhadores por conta própria com CNPJ

(**) Empregados dos setores público e privado e trabalhadores domésticos sem carteira assinada, empregadores e trabalhadores por conta própria sem inscrição no CNPJ e trabalhadores familiares auxiliares

Fonte: PNADC/IBGE

Números mais animadores para o Estado

A mais recente projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) feita para Goiás pelo Instituto Mauro Borges de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (IMB) traz números de certa forma mais otimistas para a economia no Estado no segundo trimestre de 2019, além de revisar ligeiramente para cima as previsões divulgadas em junho para os resultados do primeiro trimestre do ano. Os resultados contrastam com números bem mais modestos apontados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o conjunto da economia no País e sugerem um cenário mais estimulante para a atividade econômica goiana.

Com base em pesquisas e levantamentos do IBGE sobre a produção industrial, vendas do varejo, serviços e da produção agrícola, o IMB acredita que o volume total de riquezas geradas pela economia em Goiás terá crescido 2,4% no segundo trimestre, na comparação com igual período de 2018, depois de avanço de 1,8% no primeiro trimestre. No relatório sobre o PIB trimestral divulgado em junho, a variação do PIB nos três meses iniciais deste ano havia sido estimada em 1,3%.

“De maneira geral, percebe-se que a economia goiana tem apresentado boa performance na agropecuária, indústria e serviços”, descreve o IMB. Numa referência, o PIB brasileiro registrou variações de 0,5% e de 1,0% no primeiro e no segundo trimestres deste ano, respectivamente. No acumulado do primeiro semestre e novamente numa comparação com idêntico período do ano passado, o PIB goiano pode ter acumulado elevação de 2,1%, diante de variação de apenas 0,7% para o restante do País.

A exemplo da tendência registrada no primeiro quarto do ano, a agropecuária e a indústria continuaram a apresentar desempenho superior à média daqueles setores em todo o País, com forte aceleração no caso do primeiro setor, que saiu de um



● **Indústria de extração mineral em Minaçu:** projeção do IMB aponta retração de 10,7% no setor com proibição da exploração do amianto

incremento na faixa de 1,2% no primeiro trimestre para salto de 6,1% no trimestre seguinte, levando a um crescimento acumulado de 3,3% na primeira metade deste ano (o que se compara a uma quase estagnação na média do Brasil, com variação de 0,1%). O IMB destaca, no caso goiano, a influência do milho no desempenho do setor, cultura que havia sido castigada pela estiagem na safra 2017/18 e anotou crescimento de 24,1% no ciclo 2018/19, atingindo produção de 11,236 milhões de toneladas. Além do grão, acrescenta o instituto, a cana-de-açúcar contribuiu favoravelmente, embora a safra tenha avançado mais moderadamente (alta de 4,6% frente à safra anterior, para 76,810 milhões de toneladas colhidas).

O PIB industrial, que já havia avançado 1,5% no primeiro trimestre, teria apresentado incremento de 2,0% no trimestre seguinte, ainda na estimativa do IMB, acumulando elevação de 1,8% no primeiro semestre, num período em que o produto do setor registrou baixa de 0,4% em todo o País. O comportamento da indústria em Goiás parece refletir o incremento de 2,1% acumulado pela produção também na primeira metade do ano, “com destaque para a fabricação de outros produtos químicos (12,0%), a metalurgia (9,3%) e a fabricação de produtos alimentícios (4,7%)”, conforme reporta o IMB.

A indústria extrativa, sob influência da proibição da produção de amianto e da queda na extração de cobre, fosfato e brita, despencou 10,7% no semestre. Mas o setor de transformação ampliou a produção em 2,9%, sob liderança do avanço nos setores de bens alimentícios (alta de 4,4% no semestre) e da produção de biocombustíveis (etanol e biodiesel), com crescimento de 5,5%. No setor serviços, onde o acompanhamento é um tanto mais complicado, devido à estrutura própria do setor, e sujeito a revisões, tanto para baixo quanto para cima, o relatório preliminar do IMB mostra desaceleração entre o primeiro e o segundo trimestres, com variação passando de 2,3% para 1,7%. A estimativa inicial do instituto para o resultado do setor no primeiro trimestre indicava crescimento de 1,2% (taxa que foi, como visto, praticamente dobrada no dado revisado agora pelo instituto). No acumulado do primeiro semestre, os serviços cresceram 2,0% em Goiás e 1,2% no Brasil.

A pesquisa do IBGE sobre o desempenho da atividade, no entanto, mostra queda de 3,7% no primeiro semestre para o Estado, retração que teria sido compensada com sobras pelo desempenho do comércio. O volume das vendas realizadas pelo varejo ampliado, de fato, chegou a crescer 3,4% no primeiro semestre. ♦



NA ROTA DA DESINDUSTRIALIZA

A perseguição a grandes empresas promovida pela **CPI dos Incentivos Fiscais** e a aprovação de cortes em benefícios estabelecidos há décadas vão levar **Goiás a perder indústrias e empregos**

“Goiás entrou na rota da desindustrialização. Eu, como presidente da Federação das Indústrias, infelizmente vou ter meu mandato marcado não por industrializar mais, mas por ver essa desindustrialização sem poder fazer nada. O desastre já está lançado”, declara o empresário Sandro Mabel, presidente da Fieg. Em entrevista à Rádio Bandeirantes, o líder empresarial critica especialmente a criação e a condução equivocadas de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que se propõe a investigar a concessão de incentivos fiscais no Estado, mas que, na prática, tem se ocupado em “humilhar e perseguir grandes empresas”, acrescenta ele.

Ex-deputado estadual e federal por quatro mandatos, ele identifica um inédito clima de crescente insegurança jurídica, causada pela quebra de contratos firmados entre o governo estadual e as empresas incentivadas, pela atuação da CPI e ainda pela proposta de extinção de incentivos a setores específicos. “Tudo o que os governos anteriores construíram (com a atração de investimentos e empregos) será destruído”, antevê. Segundo ele, a Assembleia Legislativa, “e principalmente o (deputado pelo MDB) Humberto Aidar (relator da CPI), vão ser responsáveis, junto com o governo estadual, pela desindustrialização do Estado. É a coisa mais maluca que já vi”.

No dia 15 de outubro, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Assembleia aprovou a constitucionalidade do projeto 4782/2019, apresentado por Aidar, que revoga integralmente o artigo 3º da Lei 13.246/1998. Esse artigo concede incentivos para indústrias do setor automotivo, têxtil e empresas de logística, além de autorizar a concessão de crédito outorgado ao setor sucroenergético para a produção de etanol anidro. Caso o benefício venha a ser revogado, Sandro Mabel estima redução de 27% na produção de etanol. “As usinas vão cortar porque não vão ter onde vender essa produção. Então, elas vão reduzir não só a produção, mas também pessoal”, entre outros itens de gastos variáveis.

“E o Estado vai começar a sentir. O dono do supermercado vai começar a sentir, o barzinho não vai vender e vai fechar as portas. Não é que o Estado inteiro vá fechar, mas vai entrar numa depressão exatamente numa época em que o País está ensaiando a retomada do crescimento. Nós vamos destruir Goiás”, teme.

Em sua avaliação, o trabalho desenvolvido pela CPI “não é técnico”. Se esta fosse uma comissão técnica, prossegue, “teria escutado o presidente da Federação das Indústrias, que se ofereceu para ir lá explicar como funcionam os incentivos e tirar uma série de dúvidas dos parlamentares. Se fosse técnica, teria convocado a JBS, mas não o seu presidente (Wesley Batista Filho). Teria convocado o contador, o financeiro, o advogado da empresa, que poderiam explicar todas as dúvidas”, acrescenta ainda.

De acordo com Sandro Mabel, a Secretaria de Indústria e Comércio teria firmado, no primeiro semestre deste ano, apenas um quarto do número total de protocolos de intenção de investimento assinados em igual período do ano passado. “Agora não devem firmar mais nenhum”, comenta.

A respeito de informações dando conta da saída de indústrias do Estado, a exemplo da GSA, Caoa e Brasilata, Mabel prefere não apontar nomes. Mas comenta: “Empresas não anunciam que vão sair. Elas vão saindo. Cada uma tem suas razões. O que é preciso analisar é o impacto sobre a cadeia produtiva, já que essas decisões afetam toda a economia.”

No que pode ser também um reflexo do momento turbulento enfrentado pelo Estado, no dia 17 de outubro, o grupo Novo Mundo firmou acordo com o Governo do Distrito Federal (GDF) para instalar ali um centro de distribuição para atender toda o mercado de e-commerce (comércio digital) da rede de lojas no País, criando perto de mil empregos. O grupo goiano já opera um centro de estocagem de mercadorias no DF, mas destinado apenas a suprir o mercado regional.

Numa negociação que tomou perto de quatro meses, o Novo Mundo assegurou redução para 3% na alíquota do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em troca do investimento. A intenção manifestada pelo GDF é de reforçar sua política de atração de investimentos privados e sua parceria com o setor empresarial. O Novo Mundo deverá investir algo acima de R\$ 50,0 milhões entre aquisição de uma área no Polo JK e instalação do seu centro de distribuição, segundo o GDF. ►



● Sandro Mabel, ao lado do deputado estadual Henrique Arantes: “A Assembleia, principalmente o (deputado) Humberto Aidar (MDB), vai ser responsável, juntamente com o governo, pela desindustrialização de Goiás. É a coisa mais maluca que já vi acontecer”

ÇÃO



● **Ataques cruzados:** na Assembleia, setor sucroalcooleiro protesta contra ameaça de extinção do crédito outorgado para o etanol anidro

USINAS SOB AMEAÇA

Na avaliação do presidente executivo do Sifaeg/Sifaçúcar e primeiro vice-presidente da Fieg, André Rocha, o crédito outorgado previsto no artigo 3º da Lei 13.246/1998, “é o único incentivo que as usinas têm para a produção do etanol anidro em Goiás. Sem esse incentivo, além das usinas goianas perderem as condições de competitividade para a produção do combustível que é misturado na gasolina, haverá aumento da carga tributária para os consumidores”.

Rocha lembra que o setor sucroenergético emprega diretamente em torno de 60 mil pessoas e ainda gera outros 250 mil empregos de forma indireta, respondendo, em 2018, por 5% de toda a arrecadação estadual do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), segundo dados da Secretaria da Economia, por meio do recolhimento direto do imposto pelas usinas e ainda pelo imposto cobrado sobre o anidro, “gerado e recolhido por substituição tributária pela Petrobras”. Além disso, enquanto a arrecadação total do ICMS cresceu aproximadamente 40% entre 2012 e 2018, no setor sucroenergético saltou 140%, atingindo R\$ 775,636 milhões.

Estudo conduzido pela Markestrat /USP, prossegue Rocha, mostrou que 24 usinas pagaram, entre 2015 e 2018, mais de R\$ 6,1 bilhões em salários, mais R\$ 1,2 bilhão em benefícios sociais, somando em torno de R\$ 7,3 bilhões. A folha de pagamento das usinas totalizou, no ano passado, R\$ 1,866 bilhão e foram pagos ainda, a parceiros e fornecedores agrícolas, R\$ 2,015 bilhões, movimentando toda a economia



● **André Rocha:** “Sem esse incentivo, além das usinas goianas perderem as condições de competitividade para a produção do combustível que é misturado na gasolina, haverá um aumento da carga tributária para os consumidores”

Tensões no ponto máximo

O mês de outubro foi marcado por uma escalada das tensões entre setores da Assembleia Legislativa, mais precisamente parlamentares que formam a chamada CPI dos Incentivos Fiscais, e entidades empresariais. A convocação de empresários para prestar depoimento, individualmente, sobre a concessão de incentivos, investimentos realizados e empregos gerados como contrapartida causou profunda insatisfação no setor empresarial, clima agravado pela ameaça de extinção de benefícios.

Numa troca de notas entre os dois lados, o Fórum das Entidades Empresariais do Estado de Goiás (FEE) demonstrou, no dia 10 de outubro, sua insatisfação com os rumos definidos pela CPI, criticada fortemente dias antes pelo presidente da Fieg, Sandro Mabel. Em meio a críticas e ataques cruzados entre os dois lados, o fórum publicou nota no O Popular, jornal de maior circulação do Estado, para manifestar apoio e reforçar “o posicionamento crítico da Fieg em relação às últimas decisões tomadas pela CPI dos Incentivos Fiscais”.

Dias antes, com votos contrários de Humberto Aidar (MDB), relator da CPI, e do deputado Vinícius Cirqueira (Pros), vice-presidente da comissão, o depoimento de Sandro Mabel na CPI, numa proposição apresentada pelo deputado Coronel Adailton (Progressistas), depois de sucessivas cobranças do meio empresarial e oito requerimentos enviados pela própria Fieg, foi rejeitado, motivando a manifestação do FEE. “Quando o relator da CPI, deputado Humberto Aidar, sem uma explicação plausível, trabalha contra a convocação do presidente da Fieg, Sandro Mabel – um representante legítimo do setor e que pode esclarecer diversas questões pertinentes à Comissão – não ficam claros quais os reais interesses de sua atuação. Por que o receio de ouvir em audiência pública alguém que conhece profundamente as políticas de incentivos em Goiás e no Brasil?”, indaga a nota.

Ao questionar a decisão da CPI, Sandro Mabel afirmou não ser contra a comissão, mas sim “contra a avaliação que o Humberto Aidar está fazendo sobre incentivos.” Para ele, as ações tomadas até aqui pelo relator fazem parte de “uma política suicida. Uma política que está espantando todos os empresários.” Impedido de apresentar sua visão sobre os incentivos, o presidente da Fieg anunciou que vai procurar os deputados, “um por um”, para que “eles possam compreender o suicídio que se está cometendo em Goiás com esse tipo de CPI”.

Instalada em março de 2019, a CPI já ouviu representantes da Secretaria da Economia, do Tribunal de Contas do Estado (TCE) e Ministério Público do Estado de Goiás (MP-GO), ex-gestores da antiga Secretaria da Fazenda, além de empresários do setor sucroenergético, de laticínios, produção de aves e do complexo soja. Mabel insiste que a condução dos trabalhos da CPI tem exposto empresas e constrangido empresários.

Em nota divulgada ainda no dia 10 de

outubro, a mesa diretora da Assembleia reagiu institucionalmente à manifestação do FEE e reafirmou apoio a Aidar e aos demais membros da CPI. “É atribuição do Legislativo – e disso não abrimos mão – fiscalizar os atos dos demais poderes e defender os interesses maiores da sociedade. Em momento algum, a Assembleia agiu ou agirá com destempero e truculência para prejudicar qualquer segmento social e econômico”, afirma.

Crise e polêmicas afugentam investimentos

Os indicadores de investimento em Goiás embicaram para baixo neste ano, sugerindo uma redução no ânimo dos empresários em meio a incertezas sobre o futuro da economia. Teme-se ainda que a polêmica gerada desde a instalação da CPI dos Incentivos Fiscais pela Assembleia Legislativa do Estado, em março, já esteja igualmente influenciando negativamente as decisões de investimento das empresas. O cenário de dúvidas tem sido reforçado ainda por disputas políticas, uma polêmica delicada envolvendo o governo e a

principal distribuidora de energia (o que pode comprometer melhorias no setor), drástica redução do investimento do setor público. Apenas nessa área, o investimento total realizado pelo Estado entre janeiro e agosto deste ano desabou 71,4% frente ao mesmo período de 2018, encolhendo de R\$ 826,14 milhões para R\$ 236,34 milhões.

No cenário atual, as empresas parecem ter muito mais dúvidas do que certezas, o que explicaria a redução vertical nas intenções de investimento. A Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai), do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC), por exemplo, levanta estatísticas sobre o tema em parceria com secretarias estaduais de desenvolvimento econômico e federações regionais da indústria (por meio da rede de Centros Internacionais de Negócios). Nos números do primeiro semestre, o valor total dos investimentos anunciados para o Estado atingiu US\$ 448,067 milhões, expressando retração de 53,9% em relação à primeira metade de 2018, quando os anúncios endereçados a Goiás haviam alcançado US\$ 972,845 milhões.

Os dados dizem respeito aos anúncios ►



**Unidade de produção de
fosfato em Catalão: chinesa
CMOC anunciou investimento
de US\$ 308,483 milhões**

em que a empresa investidora (ou potencial investidora) identifica o local onde pretende realizar o investimento anunciado. Adicionalmente, o mero anúncio de determinado projeto não é garantia de sua realização e implantação. De uma forma ou de outra, o valor anunciado ao longo dos primeiros seis meses deste ano foi o segundo mais baixo para o período em toda década, superando apenas os anúncios registrados no primeiro semestre de 2016 (apenas US\$ 80,0 milhões, em números aproximados).

Além da redução, há uma concentração importante nos anúncios capturados pela Renai. Quase 69% do valor anunciado no semestre dizem respeito a uma única operação, divulgada pela CMOC Brasil, subsidiária da China Molybdenum (CMOC), que prevê investir US\$ 308,483 milhões na expansão de suas operações em Catalão, onde explora nióbio e fosfato. A expectativa é de geração de quase 2 mil empregos na fase de implantação do projeto de ampliação e mais 500 vagas depois de concluída a obra, a ser iniciada ainda neste ano para se tornar operacional em 2021. No ano passado, também entre janeiro e junho, praticamente 63,5% do valor anunciado tinham como fonte a Enel, controladora da antiga Celg Distribuição, que antecipou seus planos de investir US\$ 617,284 milhões em expansão e melhorias na rede elétrica no Estado (leia reportagem nesta edição).

Ainda no primeiro semestre deste ano, o segundo maior projeto, no valor de US\$ 87,5 milhões, será realizado pelo grupo São Martinho, que produz etanol em Quirinópolis, no Sudoeste Goiano. O projeto contempla a instalação de uma unidade para produção de etanol a partir do milho, com capacidade para 200 milhões de litros por safra e mais 140 mil toneladas de grãos secos de milho por destilação (DDG), destinado à nutrição animal. A usina espera iniciar o investimento neste ano, mas não divulgou o prazo para sua conclusão.

A Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano (Comigo) espera investir US\$ 31,250 milhões na construção, ainda neste ano, de dois silos de grãos em sua fábrica de ração em Piranhas, na Região Oeste do Estado.

A empresa Aurora da Amazônia, do setor de transportes, pretende investir US\$ 20,833 milhões na construção e modernização de armazéns e de pátios, aquisição de máquinas, terrenos e escritórios na área alfandegada do Porto Seco de Anápolis. Embora tenha previsto o início das obras para este ano, a empresa não anunciou quando pretende concluir o projeto.

Em outro indicador negativo, as consultas de empresas goianas ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) caíram 32,2% no primeiro semestre, baixando de R\$ 1,036 bilhão para R\$ 701,968 milhões, o mais baixo para o período em 16 anos e 82,5% abaixo do recorde nominal registrado em 2008 (R\$ 4,016 bilhões). Além disso, as importações de bens de capital, que poderiam fazer parte de projetos de investimento, encolheram 19,3% nos primeiros nove meses, saindo de US\$ 290,068 milhões em 2018 para US\$ 234,125 milhões neste ano.



● **Planta de Rio Verde da BRF: fábrica de ração terá capacidade ampliada em 30% até o próximo ano**

AVANÇO MODESTO DO FCO NO ESTADO

As contratações do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) registraram avanço meramente nominal no acumulado entre janeiro e agosto deste ano em relação ao mesmo intervalo de 2018, saindo de R\$ 1,912 bilhão para R\$ 1,936 bilhão, numa variação de 1,27%. A distribuição dos recursos,

no entanto, tem sido mais equilibrada. Enquanto no ano passado as contratações pelo setor empresarial tiveram apenas 13,57% dos recursos (R\$ 424,193 milhões de um total de R\$ 3,126 bilhões), sua participação elevou-se para 48,4% neste ano, com R\$ 937,20 milhões (ou 120,9% a mais do que nos 12 meses do ano passado).

No setor rural, as contratações somaram

R\$ 999,09 milhões, representando 51,6% do total contratado entre janeiro e agosto. Em 2018, os projetos nesta área haviam abocanhado 86,43% do valor total contratado pelo fundo no Estado. O orçamento do FCO para Goiás neste ano foi reforçado com aporte de mais R\$ 460,0 milhões, em decisão tomada em setembro pelo Conselho Deliberativo da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), subindo de R\$ 2,320 bilhões para R\$ 2,780 bilhões.

Os números preliminares dos programas Produzir e Fomentar, de acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços (SIC), indicam a aprovação de 51 projetos entre janeiro e setembro deste ano, diante de 61 no mesmo período de 2018, com intenção de investimentos na faixa de R\$ 937,458 milhões, numa elevação de 53,5% na comparação com os mesmos meses do ano passado (quando o investimento prometido havia atingido R\$ 610,685 milhões). Os empregos diretos previstos, assim como o valor dos benefícios fiscais, ficaram menores neste ano, baixando de 2.729 para 1.234, no primeiro caso, ou 54,8% a menos, e despencando de R\$ 22,316 bilhões para R\$ 5,850 bilhões (queda de 73,8%).

Entre os projetos enquadrados no Produzir, a BRF anunciou em agosto sua decisão de investir R\$ 89,0 milhões no Estado, destinando R\$ 68,0 milhões para ampliação das fábricas de Mineiros, Rio Verde, no Sudoeste goiano, e Buriti Alegre, no Sul do Estado, até o próximo ano, dobrando sua capacidade de abate de frangos, e mais R\$ 21,0 milhões para modernização e melhorias em suas unidades goianas. A linha de produção de perus em Mineiros será adaptada para o abate de frangos destinados ao mercado doméstico, elevando sua capacidade de 58 mil para 128 mil toneladas por ano (120% a mais) e gerando 600 empregos quando o projeto alcançar seu pico. A unidade de ração da planta de Rio Verde terá sua capacidade elevada em 30% e, em Buriti Alegre, os recursos permitirão que a unidade passe a produzir também para o mercado Halal, atendendo especialmente o Oriente Médio. ♦

ANÚNCIOS DE INVESTIMENTO DESABAM

(Valores em US\$ milhões, em Goiás)

Período	Valores
2010	734,44
2011	4.286,2
2012	1.579,2
2013	1.329,7
2014	1.743,5
2015	507,37
2016	368,22
2017	660,21
2018	1.401,5
2019*	876,71

(*) Acumulado em 12 meses até junho
Fonte: Rede Nacional de Informações sobre o Investimento (Renai)

CONSULTAS LADEIRA ABAIXO

(Procura por créditos do BNDES em Goiás, valores em R\$ milhões)

Período	Consultas	Variação em relação ao ano anterior (%)
2010	5.158	+93,0
2011	4.451	-13,7
2012	7.694	+72,9
2013	5.751	-25,3
2014	8.657	+50,5
2015	3.120	-64,0
2016	2.422	-22,4
2017	2.643	+9,1
2018	2.136	-19,2
2019*	1.803	-18,9

(*) Acumulado em 12 meses até junho e variação em relação ao período de 12 meses imediatamente anterior
Fonte: BNDES

DIVISÃO MAIS EQUILIBRADA

(Contratações do FCO em Goiás, entre janeiro e agosto de 2019)

Setores	Número de contratos	Valores (em R\$ milhões)	Participação no total (%)
Empresarial	2.811	937,20	48,40
Industrial	135	303,83	15,69
Infraestrutura	22	54,50	2,81
Turismo	12	8,01	0,41
Comércio, serviços, ciência, tecnologia e informação	2.642	570,88	29,48
Rural total	4.884	999,09	51,60
Rural	1.857	823,89	42,55
Pronaf	3.027	175,20	9,05
Total geral	7.695	1.936,29	100

Fonte: Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco) / Relatório de informações gerenciais do Banco do Brasil

MAIS PERDAS NO SEMESTRE

(Consultas ao BNDES em Goiás no primeiro semestre de cada ano, valores em R\$ milhões)

Ano/Primeiro semestre	Valores nominais
2018	1.035,5
2019	701,97
Variação	-32,2%

Fonte: BNDES



O PROJETO INCOMPLETO



● Alexandre Palos, Marcelo Baiocchi, Sandro Mabel, José Mário Schreiner, deputado estadual Virmondes Cruvinel Filho e presidente da Câmara de Goiânia, Romário Policarpo: projeto em discussão no Congresso desagrada empresários

Bancada federal do Estado deverá propor projeto substitutivo à proposta de emenda da reforma tributária para assegurar a autonomia dos Estados e os incentivos fiscais

Lauro Veiga Filho
Fotos: Alex Malheiros

Numa articulação conduzida pelo Fórum de Entidades Empresariais, com participação destacada da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), a bancada federal goiana na Câmara de Deputados prepara substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional 45/2019 (PEC 45), que pretende reformar o sistema tributário brasileiro. O novo projeto, a ser apresentado durante a fase de tramitação da PEC, busca preservar a autonomia dos governos regionais e os incentivos fiscais adotados pelos Estados. ►

REFORMA TRIBUTÁRIA

A base para o projeto substitutivo tomará emprestadas, em boa medida, as propostas contidas na PEC 233/2008, apensada em abril daquele ano à PEC 31/2007, e pronta para seguir ao plenário da Câmara há pouco mais de uma década. Sandro Mabel, deputado federal à época e hoje na presidência da Fieg, foi o relator da PEC 233, mais ampla do que a PEC 45, de autoria deputado Baleia Rossi (MDB-SP) e atualmente em debate na comissão especial criada pela Câmara e presidida pelo deputado Hildo Rocha (MDB/MA).

A PEC 45 e seus impactos para Estados e municípios foram debatidos durante audiência pública, proposta pelo deputado federal Elias Vaz (PSB-GO) e realizada em 16 de setembro, em Goiânia, no Sesc Cidadania, com participação de lideranças

políticas e empresariais, incluindo Sandro Mabel, e os presidentes da Federação do Comércio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi, da Associação Pró-Desenvolvimento Industrial do Estado de Goiás (Adial Goiás), Otávio Lage de Siqueira Filho, e da Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg), José Mário Schreiner.

Em grandes linhas, a PEC 31 tem como um de seus objetivos centrais a simplificação do sistema tributário federal, propondo a unificação da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide-combustíveis) em um único Imposto sobre Valor Adicionado Federal (IVA-F). Além de estabelecer

novos mecanismos para a repartição da receita tributária entre União, Estados e municípios, a proposta inclui ainda a extinção da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e sua incorporação ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ).

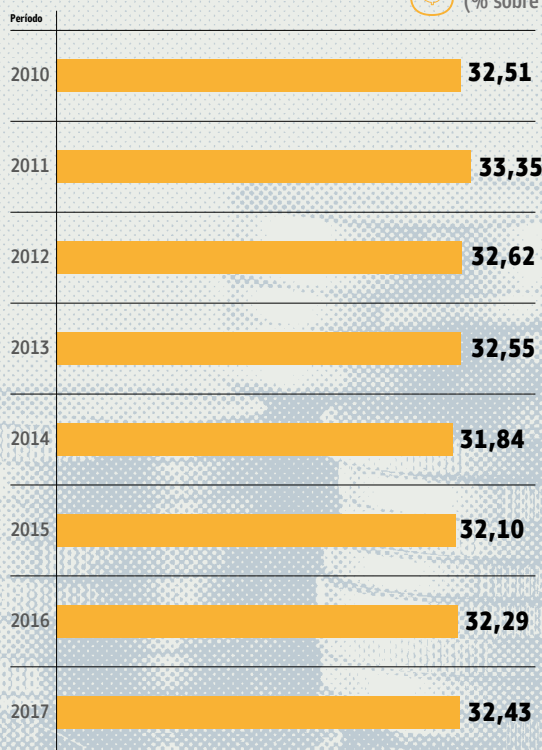
Esse sistema tributário renovado contemplaria um novo Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), que continuaria sob gestão estadual, mas com legislação única para toda a federação e alíquotas uniformes, padronizando e reduzindo as chamadas obrigações acessórias. A cobrança do novo ICMS passaria a ocorrer no Estado de destino dos produtos. Como complemento, haveria a desoneração da folha de pagamento nas empresas, fim da contribuição do salário educação e

CARGA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

(Total de impostos, contribuições e taxas pagos pelo contribuinte sobre o PIB)



Carga tributária (% sobre PIB)

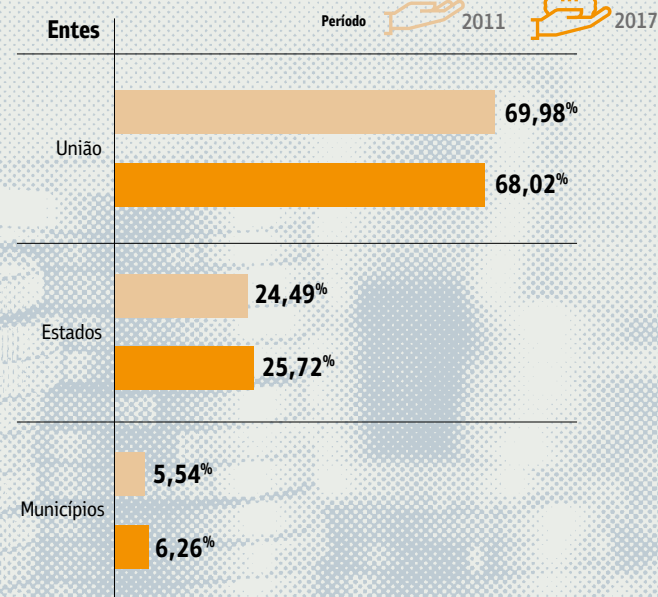


Fonte: Receita Federal do Brasil



DIVISÃO DESIGUAL

(Participação dos entes federados sobre o total da arrecadação, períodos selecionados)



Fonte: Receita Federal do Brasil

extinção parcial da contribuição patronal para a Previdência Social.

A PEC 45, que tem como relator o deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB), conforme Aurélio Guimarães Cruvinel e Palos, consultor da Câmara e assessor da comissão especial da reforma tributária, propõe a extinção de cinco tributos – PIS, Cofins e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), na esfera federal, e ainda do ICMS estadual e do Imposto Sobre Serviços (ISS) municipal. Esse conjunto de impostos e contribuições seria substituído pelo Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS) e por “imposto seletivo”, destinado a desestimular o consumo de produtos específicos, a exemplo de cigarros, bebidas, armas e munições (numa relação ainda a ser definida). “A base

(de tributação do IBS) será ampla, porque deve abarcar não só bens e serviços, mas também direitos”, comenta Palos.

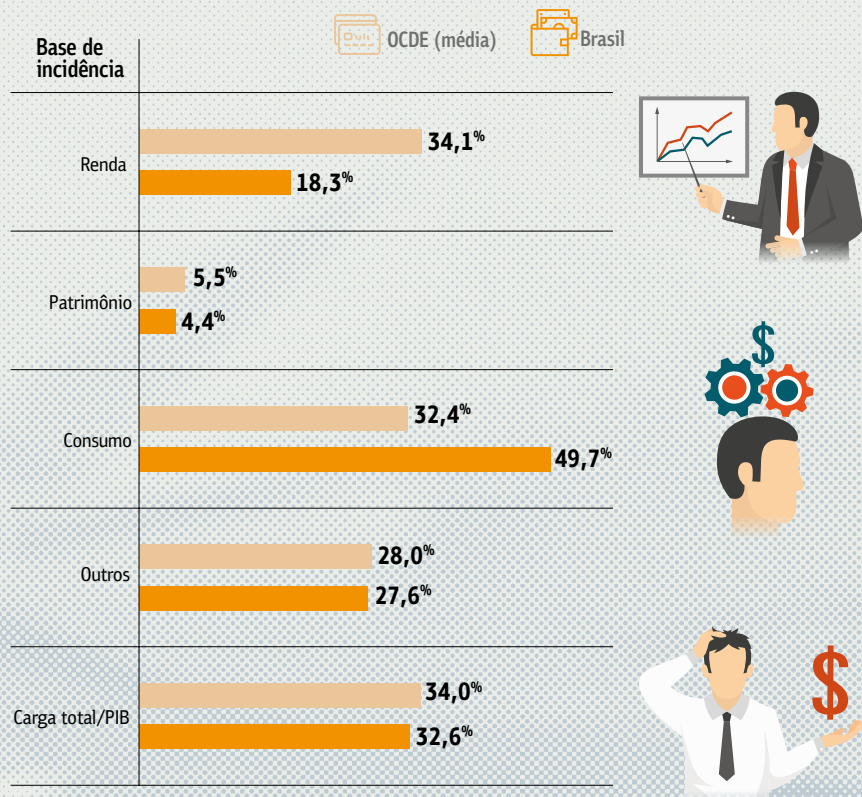
O IBS teria sua arrecadação centralizada na União, prossegue o consultor, mas abriria espaço para que Estados e municípios também venham a criar alíquotas regionais, definidas com base em uma legislação uniforme, a ser seguida por todos os entes federativos. “A ideia é que o tributo não seja cumulativo, não incida sobre exportações e nem onere os investimentos, sendo recolhido inteiramente no destino”, acrescenta Palos. A alíquota nacional do IBS, ainda conforme o consultor, corresponderia à “soma das alíquotas federativas”, ou “subalíquotas”, de forma a preservar vinculações existentes atualmente e relativas aos tributos que serão extintos.

Numa crítica à PEC 45, Sandro Mabel observa que as mudanças pretendidas não alteram o caráter regressivo do sistema tributário, excessivamente concentrado na cobrança de impostos sobre o consumo, o que leva “os mais pobres a pagarem mais (impostos) do que os mais ricos”. Os dados trabalhados pela Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip) mostram que, no Brasil, quase metade da carga tributária (quer dizer, do total de impostos, contribuições e taxas cobradas da população) estava concentrada no consumo de bens, mercadorias e serviços, numa proporção de 49,7% do total.

Na média dos países mais ricos, reunidos na Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), o consumo contribui com 32,4% do total arrecadado. A cobrança de impostos sobre a renda, em outra distorção, mostra uma carga tributária de 34,1% na média da OCDE frente a apenas 18,3% no Brasil. A taxa sobre o patrimônio responde por 5,5% da arrecadação na OCDE, alcançando 4,4% no País.

A “MÃO PESADA” SOBRE O CONSUMO

(Distribuição da carga tributária por bases de incidência, dados de 2015)



Fonte: Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Anfip)

Novo imposto reforça distorções

Sandro Mabel considera que a PEC 31 avança de forma mais positiva na simplificação e uniformização dos impostos. “Como fui relator, não acredito no IBS. Acho um imposto de difícil implantação e que tira a autonomia de Estados e municípios”. No limite, afirma Alessandro Melo da Silva, secretário municipal de Finanças de Goiânia, “poderemos ter no IBS até 5.570 alíquotas, porque o município pode fixar uma alíquota, o Estado pode fixar outra”.

A proposta do deputado Baleia Rossi, alerta ainda o presidente da Fieg, tende a produzir outras formas de distorção ao agravar a tributação em setores centrais para a economia, como energia e combustíveis. O modelo de taxaço proposto para ►

REFORMA TRIBUTÁRIA

o IBS “pode gerar uma alíquota superior a 45% para aqueles dois setores, um ponto que nós do Fórum Empresarial consideramos grave”.

Para o presidente da Fieg, a PEC 31 preserva a autonomia dos governos regionais e locais e especialmente sua capacidade para manter políticas de atração de investimentos baseadas em benefícios fiscais, conforme fixado pela Lei Complementar 160, de 7 de agosto de 2017, que convalidou os incentivos estaduais e autorizou sua vigência até 2032. “Na PEC 45, os Estados abrem mão da competência tributária e perdem todos os incentivos em oito anos”, sustenta ele.

O presidente da Fieg lembra que o projeto prevê a criação de um fundo de ressarcimento para evitar que Estados e prefeituras sofram perdas de receita com a reforma, protege micro e pequenas empresas contra aumento da carga tributária e institui ainda um fundo de desenvolvimento em benefício das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. “Mas não é com o fundo que estão querendo criar, sem fonte definida de receitas e sem previsão de destinação para os recursos”, sublinha Sandro Mabel. Nos cálculos apresentados durante a audiência pública, o empresário indica que “Mato Grosso e Mato Grosso do Sul poderiam perder até R\$ 1,0 bilhão por ano. Goiás e Distrito Federal perderiam R\$ 2,5 bilhões por ano, salvo se a União ressarcir”.

Igualmente relevante, na visão do presidente da Fieg, a proposta construída entre 2007 e 2008 previa uma espécie de trava contra aumentos da carga tributária, que ficaria limitada a 35% do Produto Interno Bruto (PIB). Na medição oficial mais recente, feita pela Receita Federal, a carga tributária havia avançado de 31,84% em 2014 para 32,43% em 2017, mais ainda inferior ao recorde de 33,35% alcançado em 2011. Na época, relembra Sandro Mabel, “estabelecemos 35% (do PIB), que é um número para lá de ótimo para a carga tribu-



● **Sandro Mabel:** “Não acredito no IBS. Acho um imposto de difícil implantação e que tira a autonomia de Estados e municípios”



● **Marcelo Baiocchi:** “Precisamos dar às empresas condições para que voltem a produzir, empreender e empregar. Enquanto não houver reforma, essas condições não acontecerão”

tária no País. É o máximo que se consegue absorver.”

O substitutivo a ser proposto pela bancada federal goiana deverá incluir essa trava e ainda um mecanismo que permitirá reduzir impostos seletivamente quando a carga superar o limite sugerido. De acordo com Sandro Mabel, “quando a carga tributária bater no teto, o imposto excedente tem que ser tirado de produtos destinados a pessoas mais pobres”. A sugestão é de corte na tributação incidente sobre produtos de consumo mais popular, como alimentos,

artigos de vestuário mais simples e outros. “Reduzindo esses impostos, tira-se essa injustiça fiscal existente hoje e reduz-se a regressividade”, comenta. Em sua avaliação, a PEC 45 foi desenhada com o principal objetivo de resolver os problemas de caixa da União e dos governos estaduais. “Essa proposta de emenda foi feita para aumentar a carga tributária na hora que precisar. É a PEC do caixa dos Estados e da União, ou seja, a qualquer momento você dá um tapa lá, aumenta o imposto.”

O presidente da Federação do Comér-

cio do Estado de Goiás (Fecomércio-GO), Marcelo Baiocchi, considera a reforma tributária tão ou até mesmo mais importante do que a reforma da Previdência, “visto que nós precisamos dar às empresas condições para que voltem a produzir, empreender e empregar. Enquanto não houver reforma tributária, essas condições não acontecerão”. Mas, pondera ele, será preciso encontrar uma forma de equilibrar “a capacidade contributiva dos cidadãos e das empresas e a necessidade de arrecadação do Estado”.

Apenas 1% concentra 52% da renda

“A PEC não é bem uma reforma tributária. Ela pegou duas contribuições e alguns impostos e estamos chamando isso de reforma tributária”, afirma Alessandro Melo da Silva, secretário municipal de Finanças de Goiânia. Em sua visão, não se deveria considerar a PEC 45 como um projeto de reforma tributária real porque ela não tem caráter abrangente e simplesmente altera um conjunto de impostos e contribuições que incidem exclusivamente sobre o consumo, sem mexer de fato em toda a estrutura tributária.

Melo refere-se ao tratamento dado desde meado dos anos 1990 ao Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), que favorece a concentração da renda ao permitir que a distribuição de lucros e dividendos e outras formas de participação acionária tenham tratamento tributário diferenciado, com ampla isenção do imposto. “Estamos falando de um cenário brasileiro em que há R\$ 2,9 trilhões de rendimentos declarados (nos dados de 2017 da Receita Federal) e praticamente 31% dessa parcela da renda são isentos. Estamos discutindo uma reforma que não trata do imposto sobre rendimentos e estamos deixando de conversar sobre R\$ 908,1 bilhões em rendimentos isentos”, avalia.

Esse tipo de distorção, entre outros fatores, tem reforçado a regressividade



● **Hildo Rocha (MDB-MA):** relatório final da PEC 45 deverá incluir pelo menos algumas sugestões apresentadas pelos governadores numa série de audiências públicas

A PRESSÃO DOS GOVERNADORES

Segundo o deputado Hildo Rocha (MDB-MA), presidente da comissão especial da Câmara encarregada de discutir a PEC 45, o projeto deverá ser votado em plenário provavelmente ainda em outubro. Deverão ser realizados outros dez encontros regionais para debater a proposta de emenda constitucional, além das duas audiências já realizadas, em Salvador (BA) e em Goiânia (GO). A tendência é de que pelo menos algumas das sugestões apresentadas ao longo dos seminários venham a ser incorporadas no texto final pelo relator do projeto, deputado Aguinaldo Ribeiro (PP-PB).

O comitê gestor nacional previsto na reforma, encarregado de regulamentar o Imposto sobre Operações com Bens e Serviços (IBS), gerir sua arrecadação e a distribuição dos recursos arrecadados, além de coordenar as ações dos fiscos federal e regionais na fiscalização, de acordo com Rocha, poderá sofrer mudanças, não antecipadas por ele. O comitê será formado por representantes da União, dos Estados e dos municípios, mas o projeto de emenda não define em que proporções se dará essa representação.

Rocha acrescenta que os governado-

res têm igualmente sugerido mudanças nos prazos de transição entre o sistema atual e o novo modelo de tributação, que variam entre 10 e 50 anos. Além disso, tem crescido a pressão para que a comissão especial inclua a criação de dois fundos no projeto, um destinado a equalizar receitas e evitar perdas de arrecadação ao longo do período de transição e um segundo para prover recursos para financiar o desenvolvimento principalmente das regiões menos favorecidas economicamente. “Esse fundo de desenvolvimento regional substituiria o papel exercido atualmente pelos incentivos fiscais. No lugar de ser feito incentivo fiscal, vai ser feito incentivo orçamentário, que vai dar dinheiro direto para as empresas se instalarem e poderem gerar emprego”, afirma Rocha.

“**Esse fundo de desenvolvimento regional substituiria o papel exercido atualmente pelos incentivos fiscais.**”

DEPUTADO HILDO ROCHA (MDB-MA), presidente da comissão especial da Câmara encarregada de discutir a PEC 45



● **Alessandro Melo da Silva:** projeto de reforma não altera estrutura regressiva do sistema tributário, concentrado na taxação do consumo



● **Rodrigo Octávio Orair:** estudo realizado em parceria com o economista Sérgio Gobetti afirma que País tornou-se uma especial de “paraíso fiscal” para os muito ricos

do sistema tributário brasileiro, levando a concentração da renda no Brasil a atingir níveis que superam qualquer outro país com informações disponíveis e ultrapassando os limites toleráveis para sociedades democráticas. Entre outros motivos porque o sistema de cobrança de impostos adotado aqui transformou o País num “paraíso tributário” para os super-ricos, segundo apontam os economistas Sérgio Wulff Gobetti, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), e

Rodrigo Octávio Orair, também do Ipea e pesquisador ainda do International Policy Centre for Inclusive Growth (IPC-IG) das Nações Unidas (ou Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo, em tradução livre).

O texto “Tributação e distribuição da renda no Brasil: novas evidências a partir das declarações tributárias das pessoas físicas”, de Gobetti e Orair, atualiza dados já trabalhados anteriormente pela dupla, com conclusões igualmente estarrecedoras

sobre a desigualdade e a concentração da renda no País. Embora esse não tenha sido um dos propósitos do trabalho, os dados ali expostos deixam evidente a que nível de distorção e de manipulação está sendo submetido o debate sobre o ajuste fiscal e a própria discussão sobre a carga tributária, seu peso e efetividade.

Com base na série de dados já divulgados pela Receita Federal do Brasil, Gobetti e Orair mostram que os 10% mais ricos levam 52% de toda a renda das famílias brasileiras. Considerando-se a fatia formada pelo 1% entre os mais ricos, a participação na renda chega a 23,2%. Entre os países com dados disponíveis sobre o tema, apenas a Colômbia se aproxima do Brasil, já que, por lá, aquele 1% leva 20,5% da renda. No Uruguai, por exemplo, a fatia da renda apropriada pelo 1% mais rico cai para 14%, atingindo 6,5% na Dinamarca.

Os dados das declarações do IRPF do ano calendário de 2017 mostram que 25.177 declarantes, embora respondam por menos de 0,09% dos mais de 29,1 milhões de pessoas físicas que declararam o imposto naquele ano, concentraram 10,03% dos rendimentos, saindo de 8,5% em 2013 – o que se comparava, então, a 5,4% na Colômbia e ainda mais de duas vezes e meia superior ao encontrado no Uruguai e seis vezes e meia maior que a participação anotada na Dinamarca. O grupo dos hiper-ricos reúne pessoas com renda média mensal superior a R\$ 299,84 mil, equivalente a 320 salários mínimos em 2017.

Em valores do mesmo ano, os rendimentos acumulados pelos hiper-ricos somaram R\$ 294,83 bilhões, diante de um total declarado pelo conjunto de contribuintes de R\$ 2,941 trilhões. Se para o conjunto dos contribuintes os rendimentos isentos representavam 30,9% da renda total declarada (aqueles R\$ 908,1 bilhões), entre os 0,09% mais ricos a faixa de isenção somava R\$ 206,77 bilhões, representando 70,1% dos rendimentos declarados. Desse

valor, nada menos do que 73,2% (ou R\$ 182,13 bilhões) referiam-se a isenções asseguradas pela baixa incidência do Imposto de Renda sobre lucros e dividendos. Não por coincidência, os rendimentos assegurados por participações em empresas e na distribuição de lucros e dividendos representavam 84,4% dos rendimentos totais dos muito ricos.

MAIS RICOS PAGAM MENOS

Numa estimativa que considera os rendimentos totais declarados e o valor do imposto devido, os dados da Receita indicam ainda que, em média, cada contribuinte destinou ao IR algo em torno de **5,79%** de sua renda bruta em 2017. Essa proporção desaba para apenas **1,95%** entre os muito ricos (aqueles com rendimentos acima de 320 salários mínimos). Para comparação, os contribuintes com rendimentos entre 5 e 20 salários mínimos recolheram **6,64%** de seu rendimento bruto. Proporcionalmente, pagaram 3,4 vezes mais impostos do que os mais ricos.

Tomando os rendimentos sujeitos à tributação, excluídas as isenções, a alíquota efetiva média para o total de contribuintes atingiu **8,37%**, chegando a **8,22%** para os contribuintes na faixa de renda acima de cinco e até 20 salários mínimos. Entre os declarantes com rendimentos superiores a 320 salários, a alíquota limitou-se a **6,54%** (e esteve mais próxima de **7%** em 2013).



UM RETRATO DA CONCENTRAÇÃO DA RENDA

(Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física no ano calendário de 2017)

Dados	Total	Mais de 320 salários mínimos	Participação no total
Declarantes (em milhares)	29.101,52	25,177	0,09%
Rendimento total (em R\$ bilhões)	2.940,98	294,83	10,03%
Rendimentos isentos (em R\$ bilhões)	908,08	206,77	22,77%
Imposto devido (em R\$ bilhões)	170,19	5,76	3,39%
Proporção do IR devido sobre rendimento bruto	5,79%	1,95%	-
Rendimentos de lucros e dividendos (R\$ bilhões)	897,20	248,89	27,74%
Participação de lucros e dividendos no rendimento bruto total	30,51%	84,42%	-
Rendimentos de lucros e dividendos isentos (R\$ bilhões)	550,70	182,13	33,07%
Lucros e dividendos isentos sobre total de rendimentos isentos	60,64%	88,08%	-

Fonte dos dados brutos: Receita Federal do Brasil (elaboração própria)

O SALTO DOS LUCROS E DIVIDENDOS

(Valores nominais em R\$ bilhões)

Variáveis	2008	2017	Variação
PIB	2.720,26	6.553,84	140,93%
Rendimentos brutos declarados	1.263,68	2.940,98	132,73%
Participação no PIB	46,45%	44,87%	-1,58*
Rendimentos de lucros e dividendos	320,31	897,20	180,1%
Participação no PIB	11,78%	13,69%	+1,91*
Lucros e dividendos sobre rendimentos totais	25,35%	30,51%	+5,16*

(*) Pontos de porcentagem

Fonte dos dados brutos: Receita Federal do Brasil e IBGE (elaboração própria)

CORTES AMEAÇAM VIRADA TECNOLÓGICA



Orçamento de 2019 para a área de ciência, tecnologia e inovação corresponde a pouco mais de um terço do valor nominal destacado em 2013

Os cortes sistemáticos de recursos públicos vão dificultar ainda mais o enorme desafio de atualização do setor em direção à Indústria 4.0. O grande esforço, neste momento de restrições orçamentárias e contingenciamentos de recursos na área de ciência e tecnologia, será incluir a inovação como estratégia permanente das empresas. O alerta foi feito pelo presidente do Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Fieg (CDTI), Heribaldo Egídio, em sua apresentação durante o 1º Encontro do Ecossistema Goiano de Inovação, promovido pela Fieg e pelo Sebrae Goiás, com apoio da Fundação de Desenvolvimento de Tecnópolis (Funtec) e Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás (Faeg).

O evento marcou a apresentação oficial do movimento Aliança pela Inovação, que reúne 40 instituições com atuação na área de fomento à ciência, pesquisa e tecnologia no Estado, e registrou a participação do presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Leonardo Euler de Moraes, e do secretário substituto de empreendedorismo e inovação do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), José Mário Campagnolo, além da diretora de inovação da Confederação Nacional da Indústria

(CNI), Gianna Sagazio, do presidente da Fieg, Sandro Mabel, do reitor da Universidade Federal de Goiás, Edward Madureira Brasil, parlamentares e representantes do governo do Estado.

A aliança, afirma Egídio, deverá atuar como um “organismo facilitador da inovação e de apoio às startups em Goiás”, de modo a assegurar ao Estado um papel de vanguarda nessa área. “O trabalho estará direcionado para a construção de um projeto estruturado e amplo para assegurar sobrevivência às empresas goianas”, acrescenta.

A chegada da tecnologia 5G deverá trazer mudanças muito mais intensas e profundas do que aquelas ocorridas com a transição da telefonia móvel para a plataforma 4G, contribuindo para acelerar processos de digitalização em toda a economia, avalia Moraes. Como comparação, a 4G, que atualmente responde por 59,4% do tráfego de dados e voz no Brasil, permite a conexão de até 10 mil objetos por quilômetro quadrado, número que saltará para 1,0 milhão de objetos com a 5G. Diante do avanço exponencial da demanda, o setor terá que reforçar investimentos em igual velocidade, sustenta o presidente da Anatel.

O conselho diretor da agência pre-

para um “superleilão” de direito de uso de espectros para 2020, provavelmente no segundo semestre, incluindo as faixas de 700 megahertz, 2,3 gigahertz, 26 GHz e 3,5 GHz, abrindo espaço para a entrada de tecnologias suportadas pela plataforma 5G. Mas algumas questões técnicas e de regulação terão que ser enfrentadas até lá, incluindo uma nova formatação para o mercado.

Além do custo do crédito para investimento, que se tornou mais caro desde a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) nas operações de mais longo prazo e da alta carga tributária no setor, estimada em 43,9% na média do País, Moraes defende a revisão da limitação, imposta pela Lei 12.485/2011, “no controle cruzado entre prestadores de serviços de telecomunicações e empresas produtoras e programadoras de conteúdo”.

No caminho da transformação esperada para o País e já operada no restante do mundo, a visão excessivamente fiscalista da equipe econômica diante dos desequilíbrios nas contas do setor público surge como um problema adicional. Segundo



● **Heribaldo Egídio:** “A aliança (pela inovação) trabalha na construção de um projeto estruturado e amplo com o objetivo de assegurar a sobrevivência das empresas goianas”

dados trazidos por Campagnolo, o orçamento do MCTIC foi reduzido neste ano a pouco mais de um terço do valor nominal registrado em 2013, desabando de R\$ 7,852 bilhões para R\$ 2,947 bilhões em 2019. Além disso, aponta ele, mais de 90% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) encontravam-se contingenciados pelo governo.

Sem recursos, não há como levar adiante a agenda da transformação digital. Conforme Gianna Sagazio, a tendência tem sido de investimentos crescentes dos principais concorrentes do Brasil no mercado internacional, “reconhecendo as atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I) como estratégia de desenvolvimento”. Nitidamente, completa ela, “estamos indo na contramão”. Entre 2011 e 2019, o Brasil caiu de 47º para 66º lugar no Índice Global de Inovação, entre 129 países analisados, mas esteve ainda pior em 2017, quando ocupou a 69ª colocação. China, Israel e Índia avançaram, respectivamente, do 22º para o 14º, de 17º para 10º e de 60º para 52º entre 2017 e este ano.

Entre os países da Organização para Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), descreve ainda Gianna, a tendência mostra uma alocação crescente de recursos em PD&I, “amplo uso de incentivos fiscais, de compras públicas e de encomendas tecnológicas” e uma busca de “concertação público-privada no desenho e implementação de políticas, com metas compartilhadas”.

Goiás em terceiro na inserção de empresas

Num investimento total de quase R\$1,257 milhão, Fieg e Sebrae Goiás concluíram no início deste ano o projeto de gestão da inovação e de processos destinado a micro e pequenas empresas da região metropolitana de Goiânia. Iniciado em junho de 2017, o projeto atendeu a 62 indústrias dos setores de automação, cosméticos, químicos, móveis, alimentos e bebidas, tecnologia da informação, reciclagem, materiais elétricos, mármore e granitos, gráfico, calçados, panificação e fabricação de produtos hospitalares.

No total, foram implantados 107 planos de ação nas empresas atendidas e todas conseguiram ampliar o grau de maturidade em inovação, na avaliação dos gestores do projeto, Vilma Aparecida Domingos, pela Fieg, e Rui Dias da Costa, pelo Sebrae Goiás. O IEL Goiás participou como entidade contratada para prestar serviços de consultoria. “Ficamos em 3º lugar em inserção da Gestão da Inovação no País, atrás apenas de Santa Catarina e Bahia”, comemora a coordenadora de Inovação do IEL Goiás, Lidianie Abreu.

Entre as 798 empresas contempladas pelo programa em todo o País, dez foram incluídas na publicação “10 Boas Práticas de Gestão da Inovação em Micro e Pequenas Empresas”. A goiana 3DB Solutions foi uma das selecionadas. A empresa operava no segmento de banco de dados e, depois de sua participação no projeto, agregou a seu portfólio toda a área de computação

em nuvem, como forma de acompanhar as mutações no mercado de TI e continuar crescendo. Criada em 2012 pelos sócios Rogério Silva Di Magalhães Ribeiro, atual diretor administrativo-financeiro, Daniel Brasil e Guilherme Poli, a empresa dobrou de tamanho em 2018 e, com a reestruturação operada desde sua adesão ao programa, espera novamente dobrar seu faturamento neste ano.

De acordo com Ribeiro, a 3DB trouxe para dentro da empresa consultores para adequar as áreas de recursos humanos, comercial e operacional, com a adoção de práticas de governança e realinhamento de toda a alta direção, assim como do corpo de funcionários, que havia crescido de oito para 21 desde a incorporação de ativos da Soluções IP, empresa especializada em servidores, segurança e manutenção de firewall, suprimindo brechas em sua estratégia de negócios e passando a atender o mercado multicloud. Em setembro deste ano, a 3DB concluiu a expansão de sua área física, ampliada de 160 para 240 metros quadrados. A consultoria e os insights trazidos pelo IEL Goiás, declara Ribeiro, foram decisivos na transformação da empresa, que passou a trabalhar com um planejamento estratégico mais assertivo. “Passou a ter ferramenta, metas, controle e acompanhamento”, afirma. ♦



● **Rogério Di Magalhães:** com foco em computação em nuvem, 3DB espera dobrar de tamanho mais uma vez neste ano



● Sandro Mabel
fala a empresários e
estudantes no
complexo de Escolas
Sesi Senai Canaã

SANDRO MABEL MOSTRA A EMPRESÁRIOS O QUE FAZEM SESI, SENAI E IEL

Federação programa série de visitas para promover maior aproximação com as indústrias e estimular a capacitação e competitividade do setor

Dehovan Lima e Andelaide Lima

Dentro da estratégia de promover aproximação do Sesi, Senai e IEL das indústrias, com foco em oferecer educação básica e profissional voltada cada vez mais para o mundo do trabalho, o Sistema Fieg recebeu no dia 9 de outubro um grupo de empresários de diversos

segmentos no complexo de Escolas Sesi e Senai Vila Canaã, em Goiânia.

Durante a visita, a primeira de uma série programada pelas instituições, o presidente da Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), Sandro Mabel, o diretor regional do Senai e superintendente do Sesi, Paulo Vargas, e o superintendente do IEL, Humberto Oliveira, apresentaram os principais produtos e serviços de seus respectivos portfólios para o setor industrial, os quais são mantidos por recursos da contribuição compulsória das empresas.

“Queremos uma indústria cada vez mais capacitada, competitiva e, para tan-

to, estamos mudando o enfoque de nosso processo de ensino-aprendizagem, cada vez mais focado no mundo do trabalho, na Indústria 4.0, nas novas tecnologias, buscando encantar as indústrias, que são nossas acionistas. O melhor lugar para o aluno do Sesi e Senai crescer é a indústria, que paga os melhores salários”, disse Sandro Mabel, dirigindo-se aos empresários e estudantes. “Estamos transformando nossa rede de ensino básico e profissional em uma fábrica de bons profissionais, ao nível de educação de países como a Coreia do Sul”, acrescentou.

Entre a primeira leva de empresas

que atenderam ao convite, estão Active Indústria de Cosméticos, do Grupo Ontex; Caoa Montadora de Veículos, Cerradinho Bionergia, CJ Selecta, Furnas Centrais Elétricas, Mineração Maracá, Kingspan – Isoeste Construtivos Isotérmicos, Servitec Foraco Sondagem e CEL Engenharia. Também participaram da visita os presidentes

dos Sindicatos das Indústrias Extrativas de Goiás e do Distrito Federal, Domingos Sávio, do Sindmóveis, Nicolas Lima Paiva, além de César Mortari e Francisco Pontes, respectivamente, representantes do Sinduscon Goiás e do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis.

A programação incluiu tour pelas salas de aula do ensino médio e de robótica do Sesi, oficinas das áreas de alimentos, mecânica e gráfica do Senai, ao Centro de Treinamento da John Deere e ao Instituto Senai de Tecnologia em Alimentos e Bebidas.

O QUE DISSERAM AS INDÚSTRIAS

“Achei fantástica a iniciativa de trazer o empresariado para conhecer o que a Fieg, o Sesi, Senai e o IEL têm a oferecer às indústrias, para que possamos saber o que temos à disposição. Muitas vezes buscamos soluções para capacitação fora do Estado, principalmente em Minas Gerais, que tem tradição na área de mineração, por desconhecer todas as segmentos de atuação das instituições. Vimos também muitos talentos por aqui, a turma de robótica fez a parte do encantamento, excelentes equipes. Saímos com a cabeça cheia de ideias e pretendemos estreitar esse relacionamento com as instituições”

JADSON CARLOS FERREIRA, gerente de Recursos Humanos da Mineração Maracá



“A visita às instalações do Sesi e Senai foi uma excelente oportunidade de conhecer a grandiosidade do trabalho que as instituições desenvolvem, abriu novos horizontes para realização de parcerias em outras áreas, além da formação profissional”

MARÍLIA RODRIGUES ALVES, gerente de Recursos Humanos da Caoa Montadora

“Descobri hoje muitas áreas de atuação do Sesi, Senai e IEL que não conhecia. Temos um Centro de Tecnologia em Furnas que demanda vários serviços que são desenvolvidos pelas instituições. A visita foi uma oportunidade de interação maior com a empresa e possibilidades de parcerias em várias frentes de trabalho, principalmente nas áreas de inovação e tecnologia”

RENATO MARQUES CABRAL, gerente administrativo de Furnas Centrais Elétricas





● **Bolsonaro** exhibe uniforme da equipe Gametech Canaã, ao lado dos estudantes Ana Sofia e Danlucas Mendonça: “Não vamos mexer nas escolas”

DA FACA DO GUEDES À NEGOCIAÇÃO

Desde que o ministro da Economia, Paulo Guedes, falou em cortar recursos do Sistema S, assunto está na mesa de negociações e governo firma acordo com o Sesi para preparar jovens da geração nem-nem a ingressar no mercado de trabalho

Dehovan Lima e Daniela Ribeiro

Fotos: Isac Nóbrega/PR e Neila Rocha/MCTIC

Quase um ano depois de o então anunciado ministro da Economia, Paulo Guedes, ter ameaçado “meter a faca” nos recursos do Sistema S, ao falar para uma plateia de empresários no Rio de Janeiro, em dezembro, o discurso no governo federal parece ser outro, diante da reação de diversos segmentos da sociedade, do empresariado e do Poder Legislativo País afora, a exemplo da campanha de mobilização desencadeada pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg).

No final de julho, o Ministério da Cidadania firmou parceria com o Sesi pela qual a instituição da indústria vai atender em todo o País, nos próximos quatro anos, cerca de 800 mil jovens da geração “nem-

nem” – pessoas entre 18 e 29 anos que não estudam nem trabalham – em programas educacionais que facilitam a inserção no mercado de trabalho. Segundo o acordo, o contingente de jovens terá reforço de português e matemática em módulos de 100 horas, com o desenvolvimento das habilidades socioemocionais, integrados a cursos de qualificação profissional de 200 horas, em média.

O programa ajudará a promover a empregabilidade e a geração de renda dessa parcela da população em situação de vulnerabilidade, contemplando os inscritos no Cadastro Único de Programas Sociais do governo federal, com prioridade para os beneficiários do Bolsa Família.

Mascando chiclete de pimenta

Mais recentemente, o próprio presidente Jair Bolsonaro descartou mexer em escolas da instituição, ao receber, no Palácio do Planalto, no final de agosto, alunos do Sesi Goiás campeões no mundial de robótica da Universidade da Nasa, em West Virgínia (EUA), com a invenção da goma de mascar de pimenta que aguça o paladar e o olfato dos astronautas em viagens espaciais.

Surpreendido por um dos integrantes da equipe vitoriosa, o estudante Kairo Ceciliano, de 16 anos, que aproveitou o momento para defender a preservação dos recursos que sustentam o Sistema S, Bolsonaro garantiu que jamais permitiria que o contingenciamento de recursos prejudicasse a educação básica e o ensino médio. “Estamos tentando botar o Brasil

nos eixos e existem coisas a corrigir no Sistema S, mas pode ter certeza de que não vamos mexer nas escolas”, assegurou.

Por último, em setembro, em meio a negociações com as instituições do Sistema S, o Ministério da Economia anunciou pacote de combate ao desemprego em gestação pelo governo federal que prevê medidas em, ao menos, dez frentes. Entre elas, estuda estimular a qualificação profissional e, para viabilizar o projeto em tempo de aperto no Orçamento, mira dinheiro das instituições empresariais voltadas à capacitação e de entidades filantrópicas de educação. Ainda na área



● **Presidente e o ministro Marcos Pontes experimentam goma de mascar dos estudantes goianos**

de qualificação, o plano prevê incentivos fiscais para a empresa que investir no aprimoramento dos empregados.



● **Presidentes da Assembleia, Lissauer Vieira, e da Fieg, Sandro Mabel, e deputados Wilde Cambão, Jefferson Rodrigues e Coronel Adailton assinam convênio na Casa da Indústria**

dústrias; promoção de cursos e seminários, desenvolvimento de empresas (consultoria em gestão empresarial; gestão de pessoas; gestão da inovação; programa de desenvolvimento de fornecedores; estudos, pesquisas e educação empresarial), desenvolvimento de pessoas (Programa de Estágio; Jovem Aprendiz; recrutamento e seleção; Inova Talentos e Foco na Carreira) e outras modalidades específicas para o desenvolvimento de competências organizacionais e/ou profissionais.

O convênio contempla ainda áreas como política urbana e habitacional; viação e transportes; seguridade social; serviços e turismo; comércio exterior; relação exterior; comunicações; ciência e tecnologia; legislação participativa e outras matérias afins, com foco no fomento de políticas públicas voltadas à obtenção de resultados e ao crescimento socioeconômico e político do Estado. ◆

SISTEMA FIEG AMPLIA PARCERIA COM ASSEMBLEIA

A Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), o Sesi, Senai e IEL firmaram no fim de setembro com a Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) convênio para o desenvolvimento de ações no âmbito de suas respectivas expertises. A cooperação abrange

amplo leque de ações, a exemplo de educação básica, Educação de Jovens e Adultos (EJA); educação continuada e atividades esportivas; cultura; saúde ocupacional; qualidade de vida; educação profissional e tecnológica em diversas modalidades e áreas; responsabilidade social; pesquisas e inovações industriais.

Também prevê ações de cooperação e intercâmbio voltadas ao interesse das in-

SESI E SEDUC RENOVAM CONVÊNIO PARA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Existente há mais de quatro décadas, parceria vai beneficiar no ano que vem cerca de 4.100 estudantes em unidades de Goiânia e Anápolis

Dehovan Lima

Foto: Solimar de Oliveira

Em meio a conquistas de alunos da instituição nos dois principais torneios mundiais de robótica deste ano, ambos nos Estados Unidos, o Sesi Goiás acaba de acertar com a Secretaria de Estado da Educação (Seduc) a renovação para 2020 do convênio para manutenção do ensino fundamental e médio. A parceria, existente há mais de quatro décadas, beneficiará no ano que vem em torno de 4.100 estudantes nas unidades Campinas,

Planalto e Canaã, em Goiânia; Jaiara e Jun-diaí, em Anápolis.

A renovação foi selada em encontro no início de setembro, na Seduc, entre a secretária Fátima Gavioli, o presidente da Fieg e diretor regional do Sesi, Sandro Mabel, o superintendente do Sesi e diretor regional do Senai, Paulo Vargas, e a gerente de Educação, Quissinia Gomes de Freitas. Pelo acordo, o Sesi se compromete a colaborar na formação continuada, no decorrer de 2020, de um grupo de professores indicados pela secretaria, que poderão em seguida atuar como multiplicadores da rede estadual de educação.

Em documento entregue à secretária, o Sesi reitera “o interesse e a disposição em continuar oferecendo no próximo exercício um ensino de qualidade a inúmeras crianças e adolescentes” e salienta o pro-

pósito da entidade em manter seus compromissos com o corpo docente em termos de capacitação continuada por meio de palestras, cursos, oficinas e outros eventos educacionais, investimento contínuo em materiais e recursos instrucionais, acesso a diversificados meios de tecnologia da informação, etc.

Entre outros diferenciais do ensino oferecido, voltado ao mundo do trabalho, o Sesi coloca à disposição dos estudantes, em sua rede de unidades no Estado, biblioteca equipada com computadores conectados à internet, de livre acesso por alunos e comunidade escolar; ações preventivas e educativas de saúde bucal, realizadas periodicamente; atividades de cultura, lazer, recreativas e de iniciação esportiva; jogos internos das escolas. As escolas contam ainda com laboratório de robótica/programa Lego, laboratório de informática, quadras esportivas cobertas e piscinas. Os alunos são incentivados a realizar visitas a indústrias, parques tecnológicos, cidades históricas e a participar de torneios, concursos e outras atividades fora da sala de aula. ♦

● **Fátima Gavioli, Sandro Mabel e Paulo Vargas, em encontro na Seduc: renovação de convênio beneficia cerca de 4.100 alunos**



Solimar de Oliveira



Mix da Qualitti inclui 14 produtos hoje destinados exclusivamente ao mercado goiano e com planos de exportação

- ▶ Planta atual: 8 mil m²
- ▶ Produção: abate/dia de 50 mil aves e 126 suínos
- ▶ Planta nova: 32 mil m²
- ▶ Produção: abate/dia de 220 mil aves e 1.000 suínos

5S DO SENAI DEFLAGRA EXPANSÃO DA QUALITTI ALIMENTOS

Na preparação para expansão que vai quadruplicar planta frigorífica em Morrinhos, Qualitti Alimentos busca consultoria do Instituto Senai para implantação de programa 5S

Renata Santos
Fotos: Qualitti Alimentos

A implantação, pelo Senai, de um programa de 5S – aquela antiga e mundialmente conhecida metodologia que agrega as palavrinhas japonesas seiri (utilização), seiton (organização), seiso (limpeza), seiketsu (padronização) e shitsuke (disciplina) – provocou verdadeira revolução na Qualitti Alimentos, indústria com unidades produtoras de carne de frango e suíno, respectivamente, em Morrinhos e Piracanjuba, na Região Sul Goiano.

A mudança de cultura organizacional rumo à qualidade total deu o pontapé no projeto da empresa de engatar expansão sustentável, cuja meta é quadruplicar a planta da fábrica até 2020. O novo frigorífico terá capacidade de abate de 205 mil aves por dia, contra 50 mil atualmente, segundo

a empresária Syla Altomari, uma das sócias, que ao lado de dois irmãos, herdou da mãe os negócios do ramo de alimentação e lavoura deixados pelo marido há mais de três décadas.

Os planos vão além e incluem o aumento da abrangência comercial de seus produtos, hoje destinados exclusivamente ao mercado goiano, para outros Estados e até para o exterior. Com a ampliação da cadeia produtiva, haverá salto no número de empregos, de 700 para 2.020 postos de trabalho diretos e indiretos. Fundada em 1988, a Qualitti está presente hoje em diversos municípios com sua linha de frangos inteiros e cortes de frango, além da produção e comercialização de cortes de suínos, temperados, linguiças e defumados. ▶



● **Syla Altomari, sócia-proprietária da Qualitti: expansão da planta frigorífica e planos de exportação**

O 5S do Senai

Durante o primeiro semestre deste ano, galpões, granjas, escritórios, fazendas fornecedoras de matéria-prima e lavouras de grãos destinados à produção de ração foram imersos à filosofia e à prática do 5S implantada na Qualitti, em Morrinhos, que produz carne de aves, dentro da proposta de transformações num projeto de duração de um ano. Distante 50 quilômetros dali, na Qualitti de Piracanjuba, produtora de carne suína, a aplicação do 5S começou em agosto, com previsão de término para o fim do ano.

Syla Altomari conta que percebeu que seu negócio exigia uma mudança da cultura organizacional quando decidiu ampliar a planta de produção. “Eu tinha uma indústria de apenas quatro anos (data da inauguração da planta atual) que não aparentava ser tão nova. Foi quando vi que tinha algo errado e que, se não mudasse, teria muita dificuldade em crescer nessa nova era”, explica.

Um exemplo era a quantidade de papel que se amontoava em armários, prateleiras e mesas. “Todo mundo guardava papel demais, tinha mania de arquivar sem analisar se determinado documento era realmente necessário. Logo no início dos treinamentos foram retirados dois caminhões repletos de papelada”, lembra.

A empresária avalia que, depois de um semestre de treinamentos e ações, é possível notar uma mudança de cenário em todos os departamentos da Qualitti e aquela “imagem de caos” fica no passado. “Conseguimos mudar hábitos e toda uma cultura de comportamento. Agora é só monitorar para continuarmos com as novas posturas adotadas”, comemora. “Nossa meta é ser referência em produção destinada ao consumo de ave e suíno e ainda na praticidade da forma de oferecer esses alimentos”, acrescenta a empresária.

“Muitos empresários têm noção de que precisam implementar melhorias, mas



● **Márcio Orso, gerente geral, e César Altomari: boas práticas para crescimento sustentável**

não sabem por onde começar e nem como driblar resistências na equipe”, observa a engenheira de produção e consultora do Instituto Senai de Tecnologia em Automação, de Goiânia, Maristela Bueno, responsável pela implantação do 5S na Qualitti.

Ela avalia que o programa vai muito além de uma faxina, pois a equipe em todos os níveis se dispõe a mudar e a manter suas rotinas organizacionais com base nos ensinamentos e meios de controle do 5S. O resultado é que ninguém mais precisa conviver com bagunça e acúmulo desnecessário de materiais em arquivos, mesas, bancadas, pias e corredores. A falta de organização e padrão de procedimentos ainda acarreta risco de acidente com equipamentos fora do lugar, desperdício de tempo e de matéria-prima, bem como destinação incorreta dos resíduos.

COMANDO - Braço direito na administração da Qualitti desde a inauguração da planta atual, há quatro anos, o gerente geral Márcio Orso, técnico agropecuário e administrador, auxiliou na implantação da fábrica atual, que ocupa 8 mil m², fora a parte de galpões. “O 5S foi necessário, pois sem essa metodologia não conseguiríamos reali-

zar e manter as transformações necessárias dentro do projeto de expansão sustentável da Qualitti”, conta, ainda ao revelar que, no descarte, livros contábeis do ano de 1991, sem nenhuma utilidade, finalmente foram alvos do despego.

Ele cita ainda a lagoa de tratamento de detritos e o aproveitamento dos resíduos da cama de frango na lavoura como adubo. Outra ação sustentável é o emprego dos grãos usados na alimentação dos animais, via ração fabricada também com sobras de osso e sangue oriundo dos restos da manipulação dos alimentos.

Para Márcio Orso, com o engajamento no 5S houve avanços em toda a cadeia de produção, que recebe de volta o que antes era desperdiçado. Ele relata que o aprendizado do programa de qualidade pode ser visto em todas as etapas, do cultivo de grãos ao produto final embalado e comercializado, num mix de 14 produtos.

“A nova planta vai ocupar 32 mil m². Na verdade não tem como ter um crescimento sustentável sem ostentar boas práticas se elas não tiverem o seguimento do 5S e também uma evolução qualitativa”, reforça.



● **Harianny Amaral (esquerda) e equipe do RH:** Ana Paula Cunha, Gercilene Fátima, Nathalia Olegário, Guilherme Henrique, Divino Nelson e Rodrigo Reis (agachados): manter de pé a mobilização dos colaboradores em torno do Dia D de descarte e limpeza



● **“Muitos empresários têm noção de que precisam implementar melhorias, mas não sabem por onde começar e nem como driblar resistências na equipe.”** Maristela Bueno, consultora do Instituto Senai de Tecnologia em Automação

Qualidade verde no trabalho

A empresa também fez corretamente o dever de casa, disponibilizando e investindo em meios para propiciar a organização, com a aquisição de lixeiras, armários, equipamentos, etc.

Num giro pelas instalações da Qualitti após o 5S, é possível visualizar mesas de escritórios organizadas, lixeiras em locais estratégicos e outras soluções. Uma delas é a contenção de resíduos, que antes eram gerados sem destinação apropriada.

Nas fazendas produtoras, o ambiente organizado também chama atenção com equipamentos de limpeza e de utilização no corte dos alimentos alocados em recipientes e mobiliários específicos dotados de suas respectivas identificações. Sem poluição visual e sonora, o trabalho flui melhor e podem ser minimizados problemas como estresse, fadiga e insônia.

O caso Qualitti mostra como é possível aplicar na prática conceitos de sustentabilidade e de qualidade em ambientes

de trabalho. Além de mudança cultural no comportamento de funcionários e gestores, existe ainda um planejamento estratégico de ações que garantam controle para a efetivação dos objetivos almejados, agregação de valor das atividades e implantação de outros programas de qualidade e selos garantidores de credibilidade e confiabilidade às empresas.

ENVOLVIMENTO DA EQUIPE – Gilson Jader, gestor de Recursos Humanos, destaca que uma das etapas mais difíceis é a inicial, que consiste na sensibilização dos funcionários. “Tivemos de atrair o interesse dos colaboradores para a importância de implementar mudanças urgentes. Depois partimos para o monitoramento, outra parte difícil, vigiar para ver se tudo está sendo feito conforme combinado”, relata. Ele explica que normalmente, no fim do expediente de trabalho, a equipe registra condutas e deixa tudo organizado para o dia seguinte.

Harianny Amaral, que atua no RH da Qualitti há seis anos, considera o momento



● **Gilson Jader, gestor de Recursos Humanos:** sensibilização dos funcionários é desafio

atual, pós-5S, como o mais difícil. “Agora o Dia D do programa, quando fazemos o descarte e a limpeza maior, precisa ser diário. Não podemos deixar o projeto morrer e, por isso, é essencial para manter o bem-estar conquistado no ambiente de trabalho e até mesmo em nossa vida fora da empresa”, conta ela. ♦

IEL IMPLANTA PROJETO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CREDENCIADOS NO IPASGO

Parceria vai criar selo de qualidade do plano de saúde na rede de 184 hospitais em 51 municípios goianos, onde são atendidos 625 mil usuários. Objetivo é melhorar a prestação do serviço

Sérgio Lessa

O Instituto Euvaldo Lodi (IEL Goiás) firmou parceria com o Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de Goiás (Ipasgo) para a implantação do projeto de Governança e Gestão de Credenciados da autarquia, que abrange rede de 184 hospitais em 51 municípios, onde são atendidos 625 mil beneficiários do plano de saúde. A assinatura do contrato foi feita em agosto pelo presidente do Ipasgo, Sílvio Fernandes, o superintendente do IEL Goiás, Humberto Oliveira, e a gerente de Desenvolvimento Empresarial, Sandra Márcia Silva. O projeto faz parte do Programa de Desenvolvimento de Fornecedores (PDF Goiás) e prevê, entre outros benefícios, a criação de um selo de qualidade próprio e permanente avaliação interna e da rede credenciada.

Primeiro passo no âmbito da parceria, já está em andamento um diagnóstico operacional, com avaliação do banco de credenciados relativo aos últimos cinco anos, para identificar as áreas que possam interferir nas operações da autarquia. Está sendo feita a aferição entre os serviços



Fotos: Alex Malheiros

● Sandra Márcia Silva, gerente de Desenvolvimento Empresarial do IEL Goiás: mecanismos de controle com o foco no usuário

aprovados no credenciamento e os respectivos serviços cadastrados no sistema.

Será feito um mapeamento das estruturas organizacionais e funcionais do Ipasgo para reestruturação do organograma, das relações hierárquicas, das linhas de autoridade e da responsabilidade e dos procedimentos gerais de controle.

Em seguida ao diagnóstico dos fatores de risco, serão fortalecidos os controles internos e construída a política de segurança da informação. O próximo passo será mapear a disponibilidade de serviços credenciados em cada região do Estado para verificar se há disponibilidade de atendimento por novos credenciados, ampliando o atendimento a mais cidades.

“Nessa primeira etapa, serão identificadas todas as disparidades e, a partir daí, virão ações para corrigi-las. Depois,

outras ações para evitar que isso volte a ocorrer, garantindo controle e transparência. Ficando na entidade, o recurso pode ser reinvestido, inclusive remunerando melhor os prestadores de serviço para que possam oferecer serviço de melhor qualidade. Quem ganha é o usuário”, avaliou Sandra Márcia, responsável pela gestão do projeto.

Selo Ipasgo de qualidade

O IEL Goiás identificará o nível de gestão dos 184 hospitais credenciados do Ipasgo, aplicando um diagnóstico para identificação e classificação da situação dos estabelecimentos, sob a ótica da Organização Nacional de Acreditação (ONA) – organização não governamental criada para promover a implementação



“A gestão da qualidade na organização de saúde pode sustentar mudança de paradigma na forma de administrar, objetivando o alcance e a garantia da excelência”

SÍLVIA FERNANDES,
presidente do Ipagso

de um processo permanente de avaliação e de certificação da qualidade dos serviços de saúde.

Após a coleta dos dados, será elaborado um plano de desenvolvimento dos hospitais credenciados para atingir os níveis de gestão segundo requisitos do Selo Ipagso de Qualidade. Inclusive, haverá um programa de remuneração variável – em quatro níveis crescentes –, pelo qual o credenciado receberá de acordo com seu nível de maturidade de gestão.

“Duas situações básicas prejudicam o beneficiário. O serviço de má qualidade que pode ser prestado pelo médico, pelo laboratório e pelo hospital. Quando se tem muitos problemas e fraudes, o dinheiro que poderia estar sendo reinvestido como benefício para os usuários estaria indo pelo ralo”, salienta Sandra Márcia.

“Estão sendo criados mecanismos de controle com o foco no usuário. O proces-

so de credenciamento será readequado, criando travas para que não haja mais irregularidades. Estamos diagnosticando os problemas, proporemos soluções e repassaremos a metodologia para que o Ipagso consiga manter a governança do seu sistema de credenciados. A própria equipe do Ipagso ficará capacitada para dar continuidade ao trabalho”, completa.

Ferramenta para prevenir e inibir falhas

Alvo de investigação por suspeitas de fraude e desvio de recursos, “devido a inúmeros problemas gerados no passado, o Ipagso se viu diante da necessidade de criar alguma ferramenta que fosse capaz de entender os mecanismos e tentar reduzir falhas, com o objetivo de oferecer qualidade no atendimento e criar uma nova estrutura que atenda com profissionalismo

os usuários do sistema”, segundo seu presidente, Sílvia Fernandes.

À frente da autarquia desde o início do ano, ele detectou falhas nos sistemas de tecnologia e cadastro e determinou imediata correção. Ele entende que é fundamental construir um processo permanente de avaliação e, assim, melhorar continuamente a prestação dos atendimentos diante das demandas dos usuários.

Em busca da transparência e a qualificação dos processos de gestão, Fernandes decidiu envolver o IEL Goiás no desafio, reconhecendo a qualidade e excelência dos serviços prestados pelo instituto, que foi parceiro do GoiâniaPrev, o Instituto de Previdência Social dos Servidores do Município de Goiânia no processo de modernização da previdência social, que se tornou modelo para todo o Brasil.

As medidas tomadas pelo Ipagso, que chegou aos 57 anos de fundação, integram o plano de ação de melhoria da gestão e metas de transparência previstas no programa de compliance público e seguem orientações da Controladoria Geral do Estado (CGE).

“A qualidade dos serviços de saúde não é obtida simplesmente com a reunião de um excelente corpo clínico, dependendo também da gestão dos processos administrativos da organização que envolvem finanças, logística, procedimentos operacionais e tantas outras áreas comuns a organizações de diferentes setores. A gestão da qualidade na organização de saúde pode sustentar mudança de paradigma na forma de administrar, objetivando o alcance e a garantia da excelência”, ressaltou Fernandes. ♦

Empresário

Resolva seu conflito
judicial com a ajuda da
6ª Corte de Conciliação e
Arbitragem de Goiânia.

99%
de acordos realizados
com sucesso.

(62) 3216-0441

6ª CCA
6ª Corte de Conciliação
e Arbitragem

FIEG

Federação das Indústrias do Estado de Goiás
PELO FUTURO DA INDÚSTRIA

RECEITA TRIPLICADA

Crescimento vigoroso leva empresa a investir na expansão de suas operações em Aparecida de Goiânia e a buscar novos mercados

No ano de seu 33º aniversário, o Grupo H. Egídio mantém sua trajetória de crescimento acelerado e comemora um salto de 240% no faturamento ao longo dos seis primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo semestre de 2018. Mais do que isso, consolida sua operação com investimentos na expansão da controlada Hospdrogas e implantação de um novo centro de distribuição no Condomínio Empresarial H. Egídio, em Aparecida de Goiânia, onde está instalado seu complexo industrial.

O crescimento experimentado na primeira metade do ano levou a empresa

a optar pelo aumento da área ocupada até então e pela busca de novos mercados. Na verdade, já estaria mesmo contratada futura expansão. No prédio, ainda há um espaço de 4,5 mil m² a ser ocupado em 2020 pela empresa, especializada na distribuição de medicamentos, materiais e equipamentos para hospitais públicos e particulares, clínicas médicas e demais empresas do segmento.

Fundada em 2007, a Hospdrogas foi adquirida em 2017 pelo grupo, que controla também a Equiplex Indústria Farmacêutica. Inicialmente, a mais nova empresa até então foi instalada em Aparecida de Goiânia num prédio adaptado com área de 1,0 mil metros quadrados. Desde o final de setembro, com a conclusão e inauguração das obras de ampliação, a Hospdrogas triplicou sua área, para um total de 3,0 mil m², e passou a operar dentro do condomínio empresarial do grupo, destinando 500 m²

para as instalações do setor administrativo e 2,5 mil m² para um centro de distribuição verticalizado.

O condomínio dispõe de um espaço total de 11,6 mil m² de área coberta e 20,0 mil m² de pátio de manobras para caminhões e contêineres, gerando em torno de 90 empregos diretos. Ali funcionam também o centro de distribuição da Equiplex e a Transplex, especializada em soluções logísticas para a indústria de saúde.

Com a ampliação agora concluída, a estratégia é buscar novos mercados em todo o País, ampliando a atuação da Hospdrogas, até aqui limitada ao mercado regional. O grupo decidiu ainda criar nova marca especificamente para abrigar a linha de produtos importados da China. A Mediplex, nome escolhido, abrigará todos os descartáveis de uso médico e hospitalar, incluindo seringas, agulhas, luvas, scalpels, ataduras gessadas, numa “extensa linha de produtos e correlatos e medicamentos de várias classes terapêuticas”.

O investimento incluiu ainda as áreas de tecnologia e segurança que atendem à operação. No condomínio, foram instalados 50 novos computadores, 100 telas, 17 painéis de dashboard, 130 câmaras para monitoramento interno e externo. O grupo H. Egídio hoje trabalha com mais de 200 computadores e 350 monitores, já que os funcionários operam, em sua maioria, com dois e até quatro estações de trabalho. O setor de tecnologia inclui ainda 15 servidores de alta performance, alguns já com plataforma de computação em nuvem. A meta é migrar para todo o sistema para a nuvem até o próximo ano. ♦

● Instalações da Equiplex no condomínio empresarial: grupo reforça atuação na área de distribuição e cria nova marca para produtos chineses



INVESTIMENTO ACELERADO

Enel Distribuição Goiás afirma cumprir plano de ação firmado em agosto com Ministério de Minas e Energia, Aneel e governo do Estado

A Enel Distribuição Goiás deverá investir, em média, algo em torno de R\$ 820,0 milhões por ano até 2022, o que deverá acrescentar à rede 1.500 megavoltampères (MVA), cobrindo toda a demanda represada, que somava 462 MVA em dezembro do ano passado, e reforçando o atendimento às necessidades adicionais por carga no Estado. O volume seria suficiente, por exemplo, para abastecer as cidades de Goiânia, Anápolis, Rio Verde e outros 28 municípios da Região Metropolitana.

Os dados e projeções foram apresentados pelo presidente da operadora, José Luís Salas Rincón, em reunião da qual participaram os presidentes do Conselho de Infraestrutura da Fieg, Célio Eustáquio de Moura, e da Câmara da Indústria da Construção da federação, Sarkis Nabi Curi, em meados de setembro. O planejamento para os próximos anos contempla, entre seus principais eixos, investimento em segurança dos trabalhadores, prevendo-se incremento de 20% no orçamento destinado à qualificação de mão de obra.

Em nota, a distribuidora esclarece que “o novo plano de ações, acordado com o Ministério de Minas e Energia, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e o governo estadual, vai acelerar o aumento da oferta de energia e a melhora da qualidade do fornecimento em todo o Estado”. O termo de compromisso define a antecipação de investimentos em “importantes obras estruturais”. Até o final deste ano,

Alex Malheiros



● **Expansão e manutenção:** investimentos deverão girar em torno de R\$ 820,0 milhões por ano até 2022, zerando déficit e suprimindo nova demanda

deverá ser suprido quase um quarto da demanda reprimida verificada no final do ano passado, significando a entrada no sistema de praticamente 107 MVA.

Ainda conforme a distribuidora, as medidas previstas, várias já em andamento, deverão ampliar “em 26% a capacidade da rede de distribuição em todo o Estado nos próximos três anos, atendendo, principalmente, a demanda reprimida por capacidade de energia, o crescimento natural da demanda, além de aumentar a confiabilidade da rede de distribuição”. Assim, será possível atender 68% da demanda reprimida até dezembro de 2020, passivo que deverá ser finalmente zerado até 2022, “com as obras de infraestrutura maiores, como grandes subestações. As novas obras possibilitarão disponibilizar aumento de carga para indústrias existentes, além de apoiar a instalação de novas empresas”, sustenta a companhia.

A Enel lembra ainda que, quando assumiu o controle da distribuidora goiana,

em fevereiro de 2017, encontrou demanda reprimida de 610 MVA, acumulada ao longo do período anterior em função de “um de investimento subdimensionado”. Entre 2010 e 2016, a companhia havia investido, em valores aproximados, em torno de R\$ 1,674 bilhão, numa média anual de R\$ 239,14 milhões. Entre 2017 e 2018, os investimentos somaram R\$ 1,594 bilhão, com média de R\$ 796,90 milhões por ano, pouco mais de 3,3 vezes acima da média anterior.

Na mesma nota, a Enel reforça que o plano de investimentos e de manutenção em andamento já permitiu reduzir a duração das interrupções de energia (DEC) de 32 horas em 2017 para 23 horas em 2019. “A frequência das interrupções de energia (FEC) também foi substancialmente reduzida, passando de 18 vezes em 2017 para apenas 11 vezes em 2019, melhora de aproximadamente 40%, alcançando os melhores índices históricos da companhia”. ♦



● **Indústria de alimentos:** setor consegue aumentar em 34% o atendimento às normas estabelecidas pela legislação sanitária

PROCOMPI

Ganhos acima do esperado

Avaliação parcial dos resultados das 20 empresas de alimentos que participaram do programa mostra avanço médio de 67% na produtividade

A quinta edição do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (Procompi), desenvolvido em parceria entre Confederação Nacional da Indústria (CNI), Fieg e Sebrae Goiás, trouxe impactos além dos esperados para as duas dezenas de empresas de alimentação contempladas, numa avaliação ainda parcial. Nesta versão, o programa tem como metas a adequação de indústrias de alimentos da Região Metropolitana de Goiânia às exigências de sanidade e qualidade impostas pela legislação e cobradas pela fiscalização sanitária, além de promover ganhos de produtividade com melhoria de

processos e desenvolvimento de produtos mais seguros e saudáveis.

A implantação de meios de controle da segurança e da qualidade da produção, assim como mudanças operacionais, e uma extensa programação de consultorias e de assistência aos empresários, com treinamento e capacitação de funcionários, permitiram um incremento médio de 67% na produtividade das empresas atendidas, com uso da ferramenta "Qualidade na fonte". Durante a execução do programa, observou-se ainda um incremento de 34% no atendimento à legislação vigente, consolidada nas Resoluções da Diretoria Colegiada (RDC) da Agência

Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) números 275 e 216, que dispõem sobre boas práticas de produção.

O programa registrou a capacitação de todos os empregados das empresas participantes e igualmente a renovação ou o aperfeiçoamento de todos os seus processos e produtos. Isso significou que mais de 150 empregados foram capacitados conforme noções gerais de Boas Práticas de Fabricação (BPF), e o sistema de BPF foi implantado em todas as empresas participantes, com base na plataforma Programa Alimento Seguro (PAS). Além do BPF, cada uma das empresas participantes instalou o sistema de Análise

de Perigos e Pontos Críticos de Controle (APPCC), um dos itens obrigatórios.

Num balanço mais qualitativo, houve ainda melhorias na prática de produção e de manipulação de alimentos, com aumento da qualidade do produto final. As empresas atingiram maior grau de organização e de racionalização de seus processos de produção. A parceira com o Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás (Siaeg), além de permitir a sensibilização das empresas do setor, na avaliação da Fieg, contribuiu para fortalecer a própria entidade, assim como as empresas que aderiram ao programa.

Essa etapa do Procompi teve reservados R\$ 23,9 milhões para apoio a projetos e ações de coordenação desenvolvidas em todo o País desde junho de 2016, com prazo final previsto para junho de 2020. Foi possível financiar 118 projetos, alguns ainda em execução. Desse total, Goiás entrou com cinco projetos, o maior número no Centro-Oeste

NatuVale agora mira novos mercados

A NatuVale, um dos destaques nesta edição do programa, colheu números relativamente superiores à média das demais empresas participantes. Segundo avaliação dos gestores do Procompi, a empresa elevou sua taxa de conformidade à RDC 275 de 63% para 92%, superior à meta geral, estimada inicialmente em 75% para o conjunto das indústrias alimentícias participantes. O uso da ferramenta "Qualidade na fonte", igualmente adotada pela NatuVale na rotulagem dos produtos, resultou em redução dos estoques de produtos sem rótulos de expedição, trazendo ainda um ganho de 63% na produtividade. Inicialmente, os trabalhadores da NatuVale gastavam 12 minutos para embalar cada saco com 20 unidades de pupunha, período reduzido para 4 minutos e 45 segundos, representando 37% do tempo despendido antes de sua participação no programa.

"O Procompi ajudou a empresa a adequar seus procedimentos, organizar toda a parte de documentação e a aprimorar ainda



● **Adalberto Barros, da NatuVale:** índice de conformidade com boas práticas de fabricação sobe de 63% para 92% com participação no Procompi

mais os processos de fabricação, especialmente na parte técnica", afirma Adalberto Barros de Lima, criador e dono da empresa, tocada em conjunto com os quatro filhos. O empresário Barros começou a trabalhar com pupunha há 21 anos, vendendo mudas e ajudando a implantar lavouras. Há 12 anos decidiu criar a NatuVale, hoje instalada em Aparecida de Goiânia, onde produz 1,6 mil quilos de palmito de pupunha por semana, em três apresentações diferentes, incluindo conservas em vidro e em sacos bag e in natura, seguindo um processo inovador desenvolvido pela empresa que permite aumentar a vida útil do produto em prateleira, no caso das conservas. Além desses formatos, a empresa desenvolveu o espaguete de pupunha, com produção de mil bandejas por semana, e emprega em torno de duas dezenas de funcionários em sua linha de produção, um terço a mais desde que aderiu ao programa.

Todo o suprimento de palmito vem de áreas de cultivo das regiões de Guararapes, em São Paulo, e de Querência, em Mato Grosso, onde as palmeiras de pupunha são exploradas por uma cooperativa de agricultores familiares. Os produtos da NatuVale alcançam os mercados de Goiânia e de Brasília, principalmente, mas também Campo

Grande (MS), Cuiabá (MT) e Belo Horizonte (MG), colocados em empórios, supermercados e restaurantes, a exemplo do Madero, Piquiras, Pobre Juan e, ainda, na rede Bretas. Em novembro, os produtos da NatuVale deverão estar expostos nas gôndolas da rede Pão de Açúcar, em Goiânia. Os planos para 2020 incluem a expansão do negócio para as praças de Brasília e Uberlândia.

Barros relata ainda que teve de investir em melhorias na linha de produção, pintura e manutenção de equipamentos e instrumentos para atender às solicitações da Vigilância Sanitária. "O programa nos ajudou a ter melhor controle da qualidade final da produção. Nosso produto, que já era muito bem aceito, passou a despertar mais atenção pela segurança e confiabilidade, o que ajudou a manter o bom conceito entre a clientela", destaca.

O empresário lembra que, no momento da adesão ao programa, ainda em 2018, a NatuVale ainda era classificada como micro-empresa e tornou-se um empreendimento de pequeno porte na sequência, ampliando seu faturamento em 30% desde o ano passado. "O Procompi nos deu a estrutura e a base para esse crescimento", comenta Barros. ♦

COMDEFESA GOIÁS

QUALIFICAÇÃO DE FORNECEDORES - Ampliar as possibilidades de negócios e qualificar os empresários goianos para o promissor mercado de defesa e segurança. A meta mobiliza a Fieg, que reuniu no início de outubro, profissionais da área técnica e representantes do IEL, Sesi e Senai e do Comitê da Indústria de Defesa e Segurança de Goiás (Comdefesa-GO) para criação de projeto-piloto com foco na participação das indústrias goianas nas licitações do Ministério da Defesa. Inicialmente, o objetivo é atuar visando ao fornecimento de produtos e serviços para as unidades das Forças Armadas localizadas em Goiás. Segundo o superintendente da Fieg, João Carlos Gouveia, o objetivo é levantar o volume de compras dessas unidades e qualificar o empresariado local para atender esse mercado. Uma equipe multisetorial foi criada pela Fieg, incluindo a Coordenação Técnica (Cotec), para atuar na análise documental e das licitações; o IEL, com o programa de qualificação de fornecedores; o Sesi e o Senai, com treinamento de mão de obra; e a área sindical, com mobilização da base associada dos sindicatos habilitados a fornecer produtos e serviços.

Alex Malheiros



ENCONTRO DE NEGÓCIOS - Idealizado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás, foi realizado em setembro, na Casa da Indústria, o 1º Encontro de Negócios da Fieg (foto), com o objetivo de aproximar a base associada, promover negócios e qualificar empresas para participação de licitações do Ministério da Defesa. Com participação de 58 empresas, o evento registrou a adesão de 32 dos 36 sindicatos patronais do setor industrial. “Queremos que as próximas edições envolvam ainda mais o setor produtivo, também convidando a base associada de outras instituições, do comércio, serviços e agro, para fazermos negócios juntos”, afirmou o presidente da Fieg, Sandro Mabel. Segundo o coordenador do evento, o diretor financeiro da Fieg e presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest), José Divino Arruda, o próximo encontro está previsto para o primeiro semestre de 2020, no Clube Sesi Antônio Ferreira Pacheco, em Goiânia, com participação de cerca de 200 indústrias.

SINVEST

CIRCUITO PARIS - Organizada pelo Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás (Sinvest), com apoio do Sebrae Goiás e do Centro Internacional de Negócios da Fieg (CIN), missão empresarial goiana do setor de roupas participou, entre 4 e 11 de setembro, da Who's Next, feira internacional da moda realizada duas vezes por ano em Paris. Segundo o presidente do Sinvest, José Divino Arruda (foto), 14 empresas goianas cumpriram agenda organizada pelo CIN, incluindo visitas à feira e a empresas do setor na capital francesa. “Foi uma oportunidade para prospectar mercados e trocar experiências”, resume Arruda.



SIMPLAGO

ECONOMIA CIRCULAR - Numa iniciativa do Sindicato das Indústrias de Material Plástico do Estado de Goiás (Simplago), com apoio das empresas Grafigel e Bom Lixo, ocorreu em setembro a primeira pesagem de tampas plásticas coletadas pelas instituições assistenciais cadastradas no programa Tampinha Legal. Os recursos arrecadados são destinados ao desenvolvimento de trabalhos sociais pelas entidades. “O programa, além de incentivar a economia circular, é fonte de renda para as instituições filantrópicas. Com a ação, envolvemos a comunidade e disseminamos a cultura da reciclagem para as futuras gerações”, explica o presidente do Simplago, Bruno Beraldi (foto). Lançado em abril deste ano em Goiás, o programa Tampinha Legal também é desenvolvido com sucesso nos Estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, São Paulo e Alagoas.



Silvia Simões

SIAEG E SINDICARNE

FEIRA DE ANUGA / 1 - Com histórico de um século de existência, a Feira Anuga, principal evento mundial da indústria de alimentos e bebidas, em Colônia, na Alemanha, foi encerrada no dia 9 de outubro com participação de 11 empresários goianos, integrando a comitiva brasileira. O grupo acompanhou tendências e realizou benchmarking em seus respectivos setores. Para a comitiva brasileira, a grande novidade foi o anúncio pelos organizadores de que o Brasil terá uma edição exclusiva da feira no próximo ano, a Anufood 2020. "O anúncio foi feito durante encontro privado com empresários brasileiros e representantes da Embaixada do Brasil na Alemanha e reconhece o protagonismo mundial do País no setor de alimentos e bebidas", afirmou o gerente do Centro Internacional de Negócios da Fieg, Plínio Viana. Sem data confirmada, o evento deve acontecer no mês de março.



FEIRA DE ANUGA / 2 - A missão prospectiva, articulada nacionalmente pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul (Fiergs) com apoio do Sebrae e Apex-Brasil, contou, em Goiás, com a parceria do Centro Internacional de Negócios da Fieg e mobilização dos sindicatos das indústrias da Alimentação (Siaeg) e de Carnes e Derivados (Sindicarne). A Feira Anuga 2019 reuniu quase 7,5 mil expositores para um público de mais de 160 mil visitantes de 198 países. As indústrias goianas Cerveja Colombina, Monatus, ABS Agropecuária, Descontrole Brownie, Rancheiro Café, Container Colombina e AHL Distribuidora integraram a delegação brasileira no evento. Os presidentes dos Sindicatos das Indústrias da Alimentação do Estado de Goiás (Siaeg), Antônio Santos; de Carnes e Derivados do Estado de Goiás (Sindicarne), Leandro Stival; da Fieg Jovem, Thais Santos; e a gerente sindical da Fieg, Denise Resende, acompanharam o evento *(foto)*. *(Com informações do site www.felipevieira.com.br)*

Alex Malheiros



IEG JOVEM

POSSE DOS NOVOS INTEGRANTES - A Federação das Indústrias do Estado de Goiás empossou *(foto)* no dia 30 de setembro 28 integrantes do Conselho Temático Fieg Jovem, liderado por Thais Aparecida Santos, da Creme Mel Sorvetes, para mandato até 2022. Na posse, realizada durante a reunião mensal da diretoria da federação, o presidente Sandro Mabel saudou os novos membros e incentivou-os a participar ativamente das discussões no âmbito das entidades do setor produtivo.

CÂMARA DA ALIMENTAÇÃO

CONTROLE DE QUALIDADE

A Câmara Setorial da Alimentação, liderada pelo presidente André Lavor, organiza a realização de evento voltado ao controle de qualidade e à rastreabilidade dos produtos, além da normatização para fornecedores de embalagens. Reunião preparatória *(foto)*, em setembro, contou com participação de representantes da Gerência Sindical da Fieg e dos sindicatos patronais Sindipão, Sindileite, Sindicarne, Sinditriço, Sincafé, Siago, Simplago e Siaeg, que apresentou o programa Alimento Confiável. ◆

SINDICATOS

SINDICATOS COM SEDE NO EDIFÍCIO PEDRO ALVES DE OLIVEIRA

Rua 200, Quadra 67-C, Lote 1/5, nº 1.121 - Setor Vila Nova, em frente à Casa da Indústria - Goiânia-GO, CEP: 74645-230

SINPROCIMENTO

Sindicato da Indústria de Produtos de Cimento do Estado de Goiás

Presidente: Olavo Martins Barros
Fone: (62) 3224-0456/Fax 3224-0338
sinprocimento@gmail.com

SINDIREPA

Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado de Goiás

Presidente: Alyson Jose Nogueira
Telefone (62) 3224-0121/ 3224-0012
sindirepa@sistemafieg.org.br

SINDIAREIA

Sindicato das Empresas de Extração de Areia do Estado de Goiás

Presidente: Gilberto Martins da Costa
Fone/Fax: (62) 3224-8688
sindiareia@sistemafieg.org.br

SINDCEL

Sindicato das Indústrias da Construção, Geração, Transmissão e Distribuição de Energia no Estado de Goiás

Presidente: Célio Eustáquio de Moura
Fone: (62) 3218-5686 / 3218-5696
sindcel@sindcel.com.br

SINDIALF

Sindicato das Indústrias de Alfaiataria e Confecção de Roupas para Homens no Estado de Goiás
Presidente: Daniel Viana

SIAEG

Sindicato das Indústrias de Alimentação no Estado de Goiás
Presidente:

Antônio Benedito dos Santos
Diretora executiva: Denise Resende
Fone/Fax: (62) 3224-9226
siaeg@siaeg.com.br

SIAGO

Sindicato das Indústrias do Arroz no Estado de Goiás

Presidente: Jerry Alexandre de Oliveira Paula
NOVO ENDEREÇO
Telefone: (62) 99968-4302.
siagoarroz@hotmail.com

SINDICALCE

Sindicato das Indústrias de Calçados no Estado de Goiás

Presidente: Elvis Roberson Pinto
Fone/Fax: (62) 3225-6402
sindicalce@sistemafieg.org.br

SINICAL

Sindicato das Indústrias de Calcário, Cal e Derivados no Estado de Goiás, Tocantins e DF

Presidente: José Antônio Vitti
Fone/Fax (62) 3223-6667
sininceg@sistemafieg.org.br

SINDICARNE

Sindicato das Indústrias de Carnes e Derivados no Estado de Goiás e Tocantins

Presidente: Leandro Luiz Stival Ferreira
Fone/Fax: (62) 3229-1187 e 3212-1521
sindicarnegoias@gmail.com

SINDCURTUME

Sindicato das Indústrias de Curtumes e Correlatos do Estado de Goiás

Presidente: Emílio Carlos Bittar
Fone/Fax: (62) 3213-4900
sindcurtume@sistemafieg.org.br

SINDIGESSO

Sindicato das Indústrias de Gesso, Decorações, Estuques e Ornatos do Estado de Goiás

Presidente: José Luiz Martin Abuli
Fone: (62) 3224-7443
sindigesso@sistemafieg.org.br

SINDILEITE

Sindicato das Indústrias de Laticínios no Estado de Goiás

Presidente: Alcides Augusto da Fonseca
Fone (62) 3212-1135 / Fax 3212-8885
sinileite@terra.com.br

SIMPLAGO

Sindicato das Indústrias de Material Plástico no Estado de Goiás

Presidente: Bruno Franco Beraldi Coelho
Fone (62) 3224-5405
simplago@sistemafieg.org.br

SINDIPÃO

Sindicato das Indústrias de Panificação e Confeitaria no Estado de Goiás

Presidente: Marcos André Rodrigues de Siqueira
Presidente executivo: Luiz Gonzaga de Almeida
Fone: (62) 98422-4022
sindipao@sistemafieg.org.br

SIMAGRAN

Sindicato das Indústrias de Rochas Ornamentais do Estado de Goiás

Presidente: Eliton Rodrigues Fernandes
Telefone: (62) 98436-1724
simagran@sistemafieg.org.br

SINCAFE

Sindicato das Indústrias de Torrefação e Moagem de Café no Estado de Goiás

Presidente: Jaques Jamil Silvério
Fone (62) 3212-7473 - Fax 3212-5249
sincafe@sistemafieg.org.br

SINVEST

Sindicato das Indústrias do Vestuário no Estado de Goiás

Presidente: José Divino Arruda
Fone/Fax: (62) 3225-8933
sinvest@sistemafieg.org.br

SINDIBRITA

Sindicato das Indústrias Extrativas de Pedreiras e Derivados do Estado de GO, TO e DF

Presidente: Marcus Brandão de Lima e Silva
Fone/Fax: (62) 3213-0778
sindibrita@sistemafieg.org.br

SIEEG-DF

Sindicato das Indústrias Extrativas do Estado de Goiás e do Distrito Federal

Presidente: Domingos Sávio G. Oliveira
Fone: (62) 3212-6092 - Fax 3212-6092
sieeg@sistemafieg.org.br

SIGEGO

Sindicato das Indústrias Gráficas no Estado de Goiás

Presidente: Antônio de Sousa Almeida
Fone: (62) 3223-6515 - Fax 3223-1062
sigego@sistemafieg.org.br

SIMELGO

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Estado de Goiás

Presidente: Hélio Naves
simelgo@sistemafieg.org.br
Fone/Fax: (62) 3224-4462
contato@simelgo.org.br

SINDQUÍMICA-GO

Sindicato das Indústrias Químicas no Estado de Goiás

Presidente: Jair José de Alcântara
Fone (62) 3212-3794/Fax 3225-0074
sindquimica@sistemafieg.org.br

SINDMÓVEIS

Sindicato das Indústrias de Móveis e Artesfatos de Madeira no Estado de Goiás

Presidente: Enoque Pimentel do Nascimento
Fone/Fax: (62) 3224-7296
sindmoveis@sistemafieg.org.br

SINDTRIGO

Sindicato dos Moinhos de Trigo da Região Centro-Oeste

Presidente: Sérgio Scodro
Presidente-Executivo: André Lavar P. Barbosa
Fone: (62) 3223-9703
sindtrigo@gmail.com

SIFAÇUCAR

Sindicato da Indústria de Fabricação de Açúcar do Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
Fone: (62) 3274-3133 / Fax (62) 3251-1045

SIFAEG

Sindicato das Indústrias de Fabricação de Etanol no Estado de Goiás

Presidente: Marcelo de Freitas Barbosa
Presidente-Executivo: André Luiz Baptista Lins Rocha
sifaeg@terra.com.br

OUTROS ENDEREÇOS

SIMESGO

Sindicato da Indústria Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico do Sudoeste Goiano

Presidente: Heitor de Oliveira Nato Neto
Rua Costa Gomes, nº 143 Jardim Marconal
CEP 75901-550 - Rio Verde - GO
Fone/Fax: (64) 3623-0591
simesgo1@hotmail.com

SINDUSCON-GO

Sindicato das Indústrias da Construção no Estado de Goiás

Presidente: Eduardo Bilemjian Filho
Rua João de Abreu, 427 - St. Oeste
CEP 74120-110 - Goiânia- GO
Fone: (62) 3095-5155
contato@sinduscongoias.com.br

SINROUPAS

Sindicato das Indústrias de Confeções de Roupas em Geral de Goiânia

Presidente: Edilson Borges de Sousa
Rua 1.137, nº 87 - Setor Marista
CEP 74180-160 - Goiânia - GO
Fone/Fax: (62) 3088-0877
sinroupas@yahoo.com.br

SEDE ANÁPOLIS

Edifício Capitão Waldyr O'Dwyer

Rua JM-16, Quadra 52, Lote 22, Setor Sul Jamil Miguel - Anápolis-GO - CEP 75124-200
Fone/Fax (62) 3324-5768 / 3311-5565
E-mail: fieg.regional@sistemafieg.org.br

FIEG REGIONAL ANÁPOLIS

Presidente: Wilson de Oliveira

SINDALIMENTOS

Sindicato das Indústrias da Alimentação de Anápolis

Presidente: Wilson de Oliveira
sindalimentos@sistemafieg.org.br

SINDUSCON ANÁPOLIS

Sindicato das Indústrias da Construção e do Mobiliário de Anápolis

Presidente: Anastácios Apostolos Dagios
www.sindusconanapolisgo.com.br

SINDICERGO

Sindicato das Indústrias de Cerâmica no Estado de Goiás

Presidente: Laerte Simão
Presidente executivo: Itair Nunes de Lima Jr.
sindicergo@sistemafieg.org.br

SIVA

Sindicato das Indústrias do Vestuário de Anápolis

Presidente: Jair Rizzi
siva@sistemafieg.org.br

SINDIFARGO

Sindicato das Indústrias Farmacêuticas no Estado de Goiás

Presidente: Alexandre Baldy
Presidente-Executivo: Marçal Henrique Soares
sindifargo@sistemafieg.org.br

SIMMEA

Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Anápolis

Presidente: Robson Peixoto Braga
simmea@sistemafieg.org.br

Senhor empresário: A FIEG é integrada por 36 sindicatos da indústria, com sede em Goiânia, Anápolis e Rio Verde. Conheça a entidade representativa de seu setor produtivo. Participe. Você só tem a ganhar.

SESI ESCOLA DE CAMPEÕES

INSCRIÇÕES ABERTAS



**EQUIPE SESI
GAMETECH**
CHICLETE DE PIMENTA



Serviço Social da Indústria
PELO FUTURO DO TRABALHO

ASSESSORIA ESPECIALIZADA NA CAPTAÇÃO DE CRÉDITO A EMPRESAS DE MÉDIO E GRANDE PORTE



Imagem real

CASES RECENTES DE SUCESSO



Projeto: R\$ 22.500.000,00



Projeto: R\$ 63.500.000,00



Projeto: R\$ 13.000.000,00



www.projeto.ecn.br